

PREÂMBULO

UNIDADE E UNIVERSALIDADE CRISTÃ

A unidade cristã foi -e é- sintetizada, patenteada, transubstanciada, a partir da Cruz, tendo seu ápice na experiência e essência do Pentecostes, dali disseminada universalmente, não como uma linguagem hegemônica, mas uma unidade extraordinariamente viva, policromática, multiforme, poliglota, eclesial. Se até a vinda do Senhor, éramos adeptos de antigas alianças, vivemos, em consequência do Pentecostes, “nova criação”, nova identidade, novo selo, nova aliança eternamente permeadas pelo perdão mútuo, pelo respeito, louvor e integralidade humano-celestial. “E cantavam um novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir os seus selos, porque foste morto e, com o teu sangue, compraste para Deus homens de toda a tribo e língua e povo e nação” (Ap 5:9)

“Foi Cristo quem nos trouxe a paz, tornando judeus e não judeus um só povo. Por meio do sacrifício do seu corpo, Ele derrubou o muro da inimizade que os separava. Dos dois povos, formou um só povo, novo e unido com Ele. Foi assim que trouxe a paz. Por meio da cruz, Ele os uniu em um só corpo e os conduziu de volta para Deus” (Ef 2, 14-16) “Então restituirei aos povos uma língua pura para que todos invoquem o Eterno e O sirvam no mesmo espírito” (Sofonias 3:9)

Cristo trazendo-nos Plenitude e nos sedimentando plenamente com Sua Luz, Seu Fogo, Seu Sangue, há que rompermos com a cultura da discriminação, do racismo, dos juízos, da segregação. A confissão cristã - que se estrutura no amor a Deus e ao próximo - tem que ser exercida na prática, na experiência, não apenas em palavras, em floreios. O Senhor em Sua vinda, Seu pastoreio, Sua Encarnação conviveu e prestou total atenção à realidade vigente e porvindoura, acolhendo os marginalizados, os despossuídos, os banidos, os extorquidos, divergindo ao “ajustamento” dos poderosos, dos doutos apegados a prescrições preconceituosas, farisaicas. Olvidamos, pois, a Encarnação de Cristo, quando deixamos de ser inclusivos, restauradores, educadores, reveladores; quando não expressamos nossa irmandade, nossa compaixão pelo próximo, com o nosso falar, o nosso ouvir, nosso tocar, o fazer acontecer. porquanto, presentes e atuantes, podemos mudar a própria história, constituindo o reino do Senhor a cada momento. Quando colocamos travas e mordanças à Sua palavra, interpretando-a facciosamente, manipulando-a, ainda que intitulados religiosos e intérpretes do Evangelho, somos-Lhe infiéis e quiçá simonistas.

Na parábola do Banquete Nupcial, Jesus exclui a descendência humana de Abraão da nova aliança, anunciando sua substituição pela gentildade e universalidade (Mt 22,1-14) Expulsos os vinhateiros cruéis, eis a Vinha outorgada a novos inquilinos (Mt 21,33-46) convocados pelo Senhor, a todo momento, para o trabalho em Sua messe (Mt 20) Se se busca a todo custo, da forma mais possessiva, exclusivista, o poder, o prazer hedonista, deixa-se, obviamente, para o segundo ou o último plano o que é essencial; dessa forma, contextos como sofrimento, doenças, provações, são considerados adversários intoleráveis. Um engano fatal para quem assim pensa ou age, pois, em algum momento, eles surgirão. No plano da Criação, a luta faz parte integrante e inseparável da vida - o trabalhar a terra, enfrentar intempéries e assim, superando as agruras, imitando a lealdade dos anjos e servidores de Deus, aperfeiçoamos nossa imagem e semelhança ante o Criador. Nossa caminhada, nosso crescimento, nossa paixão e remissão contam com a graça e o fulgor da luz de Cristo. Em Cristo, adquirimos cidadania espiritual e dessa forma não somos mais “estrangeiros nem forasteiros e nos edificamos para a morada de Deus em Espírito” (Ef 2,19-22).

As aparições de Nossa Senhora das Rosas

A tradição católica é permeada por relatos de aparições da Mãe de Jesus. E um capítulo muito específico dessa história se passa em Heroldsbach, na Alemanha. Lá, entre o fim dos anos 1940 e o início dos anos 1950, crianças avistaram Nossa Senhora e receberam dela apelos insistentes: “oração, penitência, expiação”.

Pág. 5

Padre Júlio José Ferreira



O saudoso pároco é pauta de texto assinado pelo Diácono Gutierrez de Lellis Resende. Nele, relatos sobre a passagem de Padre Júlio pela Capela Nova do Desterro (atual Paróquia Nossa Senhora do Desterro), em Desterro de Entre Rios.

Pág. 7

Afinal, o que são mitos?

“O assunto ‘mito’ é, em si, complexo, abordado por inúmeros pensadores, porquanto a busca de uma identidade histórica se reflete ou se interconecta ao desconhecido, ao insolúvel, revelando a amplitude e inquietude da vida humana. Jean Pierre Vernant faz distinções/contraposições entre o mítico (mais integrado à linguagem oral) e o lógico (mais ordenado à escrita): o mythos acha-se apenas às áreas do fabuloso, fascinante, do maravilhoso; enquanto o lógos localiza-se no universo do intelecto, do inteligível, do real”.

Violência escravagista

“O escravismo, enfim, como qualquer outro processo dominador, inclusive o perpetrado pelo Estado para com seus cidadãos, o do capitalismo para com seus consumidores, envolve a prática da violência e da repressão continuada e reprodução das relações desiguais, que se estendem, ainda que forma sutilizada, repaginada, quando não mesmo ostensiva, até os tempos atuais”.

Pág. 16

ADIVINHAS

Charadas juninas:

- 1- Gostoso e cheiroso
Moreninho eu sou
Com amendoim e açúcar
Prontinho estou
- 2- Deixo a festa mais bonita
O vento faz balançar
Sou de cores variadas
Você vai me colar
- 3- No fogo pula, pula
Até ficar branquinha!
Salgadinha e quentinha
É muito gostosinha!

Respostas: 1- pé-de-moleque; 2- bandeirinhas; 3- pipoca

Provérbios e Adágios

- Cavalo amarrado também pasta
- Governo é igual formiga saúva: onde põe o bico destrói e carrega tudo para o formigueiro
- Antes invejado que lastimado
- Presunção e água benta cada qual usa a seu bel contento

Para refletir

Na dúvida, fique do lado dos pobres.
Dos tolerantes, dos equilibrados, dos pacifistas.
Da educação, da natureza, do direito à vida.
Na dúvida, fique do lado do Amor.

(Anônimo)

Boa coisa é a história quando nos recordamos do nosso passado e não achamos lá para colher um único espinho de remorso.

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Davy Antonio Silva Reis

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO
APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Davy Antonio Silva Reis

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



... RESSUSCITOU AO TERCEIRO DIA

A poucos dias de Pentecostes, Pedro cura um cego na porta do Templo de Jerusalém. A multidão se reúne, excitada. E Pedro diz:

É o amor que ressuscita e dá vida

"Deus amou tanto o mundo que deu seu Filho único para que todo o que crer Nele não morra, mas tenha a vida eterna" (Evangelho segundo São João 3,16).

É o amor de sua mulher que mantém vivo este leproso.

O sorriso ao leproso

UM leproso. No sentido mais cruciente e odioso do termo... Homens que nada fazem e pelos quais ninguém faz nada, ficam dando voltas no pátio, em sua jaula... Homens solitários. Pior: abandonados. Para quem tudo já é silêncio e noite.

Um deles, no entanto, um único, mantém os olhos brilhantes. Ele sabe sorrir e, quando algo lhe é oferecido, dizer obrigado. Um deles, um só, permaneceu homem.

A religiosa queria saber a causa daquele milagre. Do que o prendia à vida... Ela o vigiou. E viu que todo dia, por cima do muro tão alto, tão duro, um rosto aparecia. Um pequeno rosto de mulher, não maior que um punho, sorria. O homem lá ficava, esperando receber esse sorriso, o alimento de sua força e de sua esperança... Ele sorria também e o rosto desaparecia. E ele retomava sua espera até o dia seguinte.

Quando a missionária o interrogou, "É a minha mulher", diz ele simplesmente. "Antes de eu vir para cá, ela cuidou de mim em segredo. Com tudo o que pôde encontrar. Um curandeiro lhe forneceu uma pomada. Ela me cobria cada dia o rosto inteiro... salvo um pedacinho. O suficiente para poder pôr os lábios. Mas foi em vão. Então me apanharam. Mas ela me seguiu. E, todos os dias, quando a vejo, sei por ela que estou vivo e digo: Obrigado!"

R. Follereau

Água pura, água poluída

O célebre mestre Kyoyu, certa vez, foi interpelado pelo imperador chinês:

- Sois, ó sapientíssimo Kyoyu, um homem notável e a vós desejo confiar a administração do meu império. Vós, porventura, o aceitais?!

Desgostoso, contrariado, Kyoyu respondeu apenas:

- Essas vossas palavras, Majestade, sujaram muito as minhas orelhas.

E partiu rapidamente para um rio próximo a fim de lavar as orelhas.

- Hoje – dizia ele, pelo caminho – ouvi palavras deveras sujas

Um camponês, seu amigo, que conduzia, por ali, uma vaca, chegou à beira da água.

- Por que estás lavando as orelhas? – perguntou-lhe

- Hoje estou muito contrariado: o Imperador quis fazer-me seu sucessor e administrador do Império e tais palavras sujaram minhas orelhas, de modo que preciso lavá-las bem.

Disse-lhe então o amigo camponês:

- Eu queria que minha vaca bebesse dessa água límpida, mas ela está tão poluída!...Procurarei, pois, outra fonte!

(Uma história da China antiga)

AO PÉ DA FOGUEIRA A ENCOMENDA

A modesta cidade, por aqueles tempos, década de 1960, inícios da década de 1970, não dispunha de agência bancária. Uma luta, aquele sufoco para o comércio, produtores rurais, órgãos públicos, a população em geral. Saques, depósitos, operações de crédito, aplicações, pagamentos de títulos e boletos tinham que ser realizados em cidades vizinhas, com o agravante de todas as estradas e vias de acesso, então, serem de terra, o que onerava o percurso, em termos de tempo, comodidade, custos e obviamente riscos. Fazendeiros tinham que se deslocar até Bom Sucesso, onde se situava a agência regional do Banco do Brasil. A maioria da população utilizava-se, em grande parte, da rede bancária de São João Del-Rei ou até mesmo de Oliveira, dependendo quase sempre de portadores, pessoas em trânsito ou que viajavam até aquelas cidades, tomando o ônibus linha Divinópolis-São João Del-Rei na “rodoviária” ou melhor no Bazar do Ponto, de propriedade do sr. José Sebastião de Castro (o saudoso e laborioso Tião Coité), local de parada dos ônibus. Certa época, as pessoas chegaram até a utilizar Belo Horizonte, pois o sr. João Mercadinho, jovem e arrojado empresário local, implantara uma linha diária de ônibus para a Capital.

A chegada do ônibus, vindo de Divinópolis, em especial pelas 8:30h da manhã, o local era tomado por dezenas de moradores, ansiosos por “descobrirem” quem estava indo para São João Del-Rei, a fim de solicitarem favores, transmitirem e transferirem pedidos, encomendas e compromissos na histórica cidade. Pagamentos de boletos em lojas comerciais ou bancos, saques, depósitos, entregas e protocolamento de documentos junto ao fisco, compras no comércio, uma odisséia! O portador, além de seus afazeres pessoais, via-se assim sobrecarregado de solicitações e pleitos de terceiros, que, muitas vezes, tomavam-lhe o parco tempo de permanência em São João Del-Rei, pois o ônibus ali chegava, tudo correndo bem, por volta de 10:30h, quando não 11:00h, retornando às 14:00h.

Pessoas, de tão requisitadas e acumuladas, tinham que anotar os pedidos, muitos deles ficavam para trás, entregues a algum samaritano ou conterrâneo residentes em São João, sendo “vítimas” principais os comerciantes sr. José Sales e sr. José Murilo, sócios da Loja A Caçula, estabelecida na praça da rodoviária velha, que se viam assoberbados em resolver dezenas de problemas e dilemas dos conterrâneos e amigos, que ali eram deixados sob seus préstimos e cuidados. Assuntos bancários, pagamentos de impostos junto às Receitas Federal e Estadual, embróglios de toda ordem junto ao INCRA, Funrural, INSS, quitações em lojas comerciais e por aí afora. Foram eles muito demandados, quando não sacrificados, deixando seus negócios comerciais, compromissos familiares e sociais e, às vezes, ficando até sem almoço, em longas, estafantes filas em bancos e repartições públicas a fim de resolver assuntos de terceiros (conterrâneos) E muitos, sequer, lhes ofertando um “muito obrigado”.

Um dos maiores pesadelos para os passageiros era levar dinheiro para depósito ou pagamentos ou ainda sacar e trazer valores, muitas vezes altos, consideráveis somas. Riscos de algum sinistro: acidente, extravio ou mesmo imprevisível assalto.

Certa feita, um cidadão, na verdade um estudante universitário, ali na “rodoviária”, pacientemente à espera do ônibus junto a vários outros viajantes, é abordado por um funcionário de certa repartição pública, portando volumoso, chamativo pacote; contrafeito, reticencioso, pergunta-lhe se ele iria até São João Del-Rei, o que é confirmado pelo passageiro. Pede-lhe então a “gentileza” de levar aquele volume, esclarecendo ser dinheiro – na verdade, vultoso valor - fruto de arrecadação local e a ser depositado na agência do Banco de Minas Gerais, onde, aliás, trabalhavam alguns são-tiaguenses, já avisados esses previamente, por telefone, de que a “encomenda” estava a caminho. Alegava o funcionário que necessitava “descarregar” o caixa da repartição, conforme instruções superiores. Fizera-o, contudo, ali de modo ostensivo, impróprio, a via pública congestionada, robusto pacote à mão e à vista de terceiros, estranhos alguns ou inoportunos, atraídos para tudo o que ocorria à volta. E, para o passageiro, como dizer não à solicitação do conhecido amanuense?!

O ônibus, via de regra, chegava já cheio dos lados de Oliveira, abarrotado de gente, mercadorias, malas, até animais. Passageiros que embarcavam no percurso, no caso São Tiago (meio do caminho, como se dizia) geralmente tinham que viajar de pé, espremidos, num itinerário de aproximadamente três horas, para quem tomava o ônibus em São Tiago, por estradas lamacentas (ou poeirentas, conforme a estação), curvas acentuadas, mata-burros e pontes em péssimo estado de conservação, muitos passando mal, vitimados por enjoos.

Não conseguira o cidadão, naquele dia, cadeira vaga no ônibus, que, aliás, chegara com considerável atraso e elevado número de passageiros. Teve que se contentar em viajar de pé, entremeio a dezenas de outros, ali se contorcendo, empurrões, bruscas oscilações do veículo, poeira incontrolável, o odor característico de corpos suarentos, choro de crianças,

ríspidas paradas a fim de descer ou recepcionar passageiros, cheiro insuportável de óleo diesel e fumaça exarando do cano de descarga do veículo. Além de se manter em pé, tinha que se preocupar com sua valise e...o volumoso pacote de dinheiro, ali firmemente preso a uma das mãos.

Paradas e mais paradas no trecho até São João Del-Rei, um desce e sobe de corpos e mercadorias, daí o povo, jocosamente, ter apelidado – e com justificada razão - o ônibus de “pega jeca”. Após quase três horas, chega-se, enfim, à rodoviária no centro da cidade (hoje rodoviária velha). Com ele, desceram outros passageiros, que, presentes ao pedido do funcionário público na cidade de origem, sabiam do conteúdo do pacote. O cidadão trôpego, moído, estremunhado pela viagem, desconfiado, teria ainda uma dura jornada. Ir até a agência bancária indicada que funcionava então na esquina entre a hoje Av. Tancredo Neves e a Rua Sebastião Sete. E agora ele está só, um bom trajeto a pé, de forma a proceder o depósito do incômodo pacote e dar por encerrada aquela epopeia matinal, a essa altura quase meio dia. Opta pelo trajeto da avenida, por ser mais movimentada. Move-se com extrema cautela e temor. Quem sabe, poderia estar sendo seguido, vítima de alguma armadilha na esquina próxima, no próprio passeio por onde, vacilante, receosamente transitava. Um homem truculento, larga cicatriz na face, o observa longamente. Dois rapazes, com roupas espalhafatosas, quem sabe recém-chegados de Woodstock, parecem vir ao seu encontro. Uma cigana importuna-o, oferecendo-lhe leituras de cartas e buena-dichas. Cismas. Deveria ter tomado um táxi na rodoviária ou melhor deveria ter se recusado, por meios diplomáticos, a servir de “mula” daquele dinheiro, ainda mais para órgão do Estado.

Suor, impaciência, dormência acompanham-no. Arrasta-se quase, às vezes dá um estirão. Cumprimetado por um ou outro conhecido, sequer lhes oferece atenção. Tinha uma missão a cumprir. Enfim, chega ao local. Esmorecido, esgotado, a salvo, porém. Ao dar o primeiro ou passo passos, adentrando o hall da agência, é abruptamente tocado, sacudido pelas costas, quase lançado ao chão, tendo que se agarrar a uma espécie de divisória providencial próxima à parede lateral. Tempos em que as agências bancárias não dispunham de vigilantes armados, portas giratórias, sistema de alarme. Tenta gritar. A voz sai-lhe engasgada, subterrânea. Mãos fortes agarram-lhe o pacote. Como resiste tenazmente (era um jovem forte) aplicam-lhe um descomunal mata-leão, seguido de possante cambapé, lançando-o, incontinenti, ao chão... Pânico. Em espasmos, solta, enfim, vigoroso grito, esforçando-se por soerguer a si e ao pacote, a essa altura, já arrebatado por mãos terceiras. Pessoas mais se aproximam. Tumulto. No extremo esforço de perceber o que estava se passando e de reaver o preciso pacote, reconhece a voz e vê, de chofre, o funcionário da repartição, que lhe fizera o pedido para transportar e depositar o dinheiro, acompanhado de um motorista de táxi de São Tiago, esclarecendo-lhe, de olhos esbugalhados:

- Depois que o ônibus saiu, fiquei deveras desassossegado, na verdade desesperado, temendo pela encomenda. Por isso, tomei o táxi lá e vim atrás...



APARIÇÕES DE NOSSA SENHORA DE HEROLDSBACH - ALEMANHA



“Não extingais o espírito. Não desprezeis as profecias. Examinai tudo, abraçai o que é bom, guardai-vos de toda a espécie do mal” (I Ts5, 19-22)

Nossa Senhora, a sacrossanta Mãe de Jesus, é figura marcante e presente na história universal, manifestando-Se frequentemente ao longo e ao largo dos séculos, em todas as latitudes do planeta, proclamando a todos à oração, à conversão, confundindo ateus, teólogos, governantes, papas, povos. Há relatos de cerca de 2.500 aparições da Santíssima Virgem até os dias atuais e muitas sequer avaliadas com o devido critério e com a humildade evangélica por parte de muitos prelados, que se deixam conduzir por uma falsa prudência, quando não insolência⁽¹⁾ A Senhora Mãe da Humanidade, que, frente a todas as vicissitudes humanas, age incessantemente em prol de Seus filhos, abre estradas de misericórdia, conforta, rompe tabus, manifesta-Se, cura, converte, acolhe, estabelece roteiros indelévels e salvíficos na história e civilização humana. Sua mensagem em todos os lugares, nas mais diversas épocas e com os mais diversos videntes, é sempre o convite à conversão, à fé e oração.

APARIÇÕES DE NOSSA SENHORA DAS ROSAS EM HEROLDSBACH, NA ALEMANHA

Entre 09-10-1949 e 31/10/1952, na aldeia de Heroldsbach, Baviera, sete meninas, entre 10 e 11 anos, passaram a ter visões sobrenaturais⁽²⁾ aparecendo-lhes Nossa Senhora acima de folhagens de bétulas, com as mãos postas e em Seu tradicional gesto ritualístico de oração e contrição. Inicialmente as meninas videntes eram quatro: Kuni Schleicher, Grete Gugel, Erika Muller, Marie Helmann, às quais, em aparições posteriores da Virgem se juntariam mais três: Betty Buttner, Antoine Saam, Irma Mehl. Alguns historiadores mencionam oito videntes. A Senhora, segundo os relatos, trajava vestido branco (em algumas oportunidades, vestido azul), com uma coroa dourada, um rosário negro nas mãos, rosas vermelhas aos pés. A partir de sua terceira manifestação, a Mãe, que se apresentou como a “Rainha das Rosas”, passou a trazer o Menino Jesus no braço esquerdo. Seu apelo era insistente, incisivo: oração, penitência, expiação. Permite Ela, benevolmente, que as meninas A toquem e até tomem nos braços o Menino Jesus, o qual, mais tarde, manifestar-se-ia como jovem e adulto, nas condições de Sagrado Coração, Bom Pastor e Salvador em redenção na cruz.

As meninas levaram ao conhecimento do Pe. Johannes Gailer que, após devida e criteriosa análise, convenceu-se da veracidade das aparições, tendo ele mesmo testemunhado em 08/12/1949 o prodígio solar.

Vários outros “mortos” se manifestariam ainda às meninas, dentre eles São José, Papa Pio X, Irmão Klaus, S. Teresa de Lisieux, Santa Maria Goretti, Santo Antonio de Pádua (1195-1231), S. Inácio de Loyola (1491-1556), Santa Teresa de Ávila (1515-1582), São João da Cruz (1542-1591) S. Francisco Xavier (1506-1552), Santa Rosa de Lima (1586-1617) Santa Bernardete, Santa Gemma

Galgani, Santa Isabel da Hungria, S. João Nepomuceno, Francisco de Fátima (1908-1919) Jacinta de Fátima (1910-1920), além de um grande número de místicos e mártires cristãos: Fauremus (105-155) Franzelus (100-175) Rassila (200-255) Perante (200-295) Plérin (209-249) Eulália (292-304) Pariedina (350-425), Balsas, Clisita etc

A Senhora e os santos exibiram-lhes passagens bíblicas e biográficas, mediante técnicas audiovisuais e sensoriais desconhecidas, ou seja avançadíssimas, que as meninas e mesmo fiéis acompanhavam como se temporal e espacialmente presentes. Eram ouvidas melodias angélicas, tendo as videntes e peregrinos acompanhado o coro celeste. Santa Teresa, em uma dessas manifestações, disse-lhes: “Estamos muito felizes em ver tantos peregrinos cantando com todo o coração. Tenham confiança em nossa ajuda, continuem a rezar, mesmo que não nos vejamos aqui mais, pois nos encontraremos nos céus” As manifestações de mártires e santos, bem como encenações de histórias e fatos por eles vividos na antiguidade, quando deram testemunho de suas vidas a Cristo Senhor, deixaram teólogos, estudiosos e religiosos estupefatos, porquanto as meninas, naquela idade, não poderiam saber de tão minuciosas ocorrências, desconhecidas, até mesmo, pela maioria daqueles cultos doutrinadores e por historiadores.

No dia 08-12-1949, 10 mil peregrinos testemunham o milagre do sol, nos mesmos moldes do ocorrido em Fátima; efeitos de iluminação vistos por 70 mil em 02-02-1950: aparição da Virgem aos peregrinos no dia 01-11-1950. Muitas curas e conversões ali ocorreram, alertando sempre a Mãe que as guerras podem ser evitadas através da oração. Uma comissão, nomeada pela Cúria de Bamberg, chefiada pelo bispo D. Landgraf, conclui pelo não reconhecimento das aparições, determinando a interdição do sítio onde ocorriam as manifestações e até de caminhos de acesso, bem como a excomunhão de leigos e sacerdotes que ousassem frequentar e orar naquele local. As videntes foram expulsas da igreja e expostas à execração pública. Confiando no relatório apresentado pelos bispos alemães, o insigne Papa Pio XII ratificou o interdito e a excomunhão. Atitudes arbitrárias, rígidas que causariam grande transtorno entre os fiéis, fazendo com que as mensagens da Santíssima Virgem quase cássem no esquecimento, mesmo diante de fatos sobrenaturais, da confiabilidade por parte das meninas videntes e de mensagens inteiramente condizentes com a doutrina da Igreja e com a fé cristã milenar. Um único e iluminado prelado, o Cardeal Faulhaber chamou a atenção de seus pares e de Sua Santidade sobre o clamoroso erro consumado, porquanto considerava ele plenamente verdadeiras as manifestações da Santa Mãe de Jesus às meninas de Heroldsbach. Eclesiásticos que deveriam ser instrumentos da Graça e da Misericórdia Divina, por incredulidade, arrogância, orgulho, apostasia, tornaram-se insensíveis e até opositores da Dádiva do Altíssimo. Agiram os prelados alemães com brutal orgulho teológico, em um processo condenatório grave, de soberba e de pesadas consequências espirituais, sociais e pessoais.

O ALTISSIMO SE MANIFESTA

Uma alma reparadora chamada Tereza Obermayer, irmã terciária franciscana, é, todavia, convocada pelo Alto, como instrumento místico, para se contrapor à desaprovação eclesiástica e para por, à dura prova, bispos e sacerdotes incrédulos. Incumbência aceita por ela, inserida e acrisolada no sofrimento purificador exigido pelo Altíssimo. Diz-se que a célebre mística Teresa Newman (1898-1962), embora científica pelo Alto de que as aparições eram verdadeiras, estando inteiramente equivocados os bispos alemães e mesmo Sua Santidade o Papa Pio XII, cabendo-lhe questioná-los e adverti-los, optou por silenciar. Cederia ela às pressões e perseguições de parte do clero, capitulando e não tornando públicas as mensagens, alertas e reprimendas do Senhor em consequência dos fatos ocorridos. Daí a Providência buscar a atuação de Tereza Obermayer, a quem o Senhor diz: “Doravante estás cravada em Minha Cruz com pregos...Fica atenta às Nossas Vozes que falam



no mais íntimo da alma. Anota o que ouves! A Divina Providência te chama para pores à prova bispos e sacerdotes!”

Palavras de Nossa Senhora a Tereza Obermayer: “Em Fátima não foi proibida a oração como foi em Heroldsbach, para grande mal das almas. Em Fátima, a Minha Mensagem só se tornou evidente quando eclodiu a Segunda Guerra (...) Em meu cuidado maternal, vim à Alemanha implorar, alertar, mas, em vez de se emendarem, Me perseguem! Até a alta hierarquia eclesiástica assim procede. Sacerdotes e leigos, por causa de Heroldsbach, foram punidos com penas canônicas, contra todas as leis da justiça! Tais medidas arbitrárias são rigorosamente submetidas ante o Tribunal de Deus. Disso dão claro testemunho os sacerdotes que já compareceram diante do Eterno Juiz, pois eles também descreveram de Mim!”

Quem seriam esses sacerdotes que já compareceram diante do Eterno Juiz ?

São eles, vítimas das consequências do descaso para com as autênticas manifestações celestes:

- o bispo auxiliar de Bamberg, Dom Landgraf, falecido inesperadamente aos 08 de setembro de 1958 e sepultado aos 11 de setembro de 1958. Após seu falecimento, o sr. bispo comunicou a Tereza Obermayer: **“Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo! Pede uma audiência particular ao arcebispo Schneider, de Bamberg. Eu, e não vocês, merecia as penas eclesiásticas, pois na minha ambição incontida, abusei da função episcopal. A culpa principal cai sobre mim. Informe-me e influencie-me, enganando o próprio Santo Padre em Roma. Todos ficarão sabendo que o demônio agiu por meu intermédio. Teus sofrimentos e orações livraram-me das penas do inferno. Reza por mim! Dá-me muita água benta com as orações da noite. Escreve, por favor, ao Santo Padre João XXXIII através do Santo Ofício! Pede ao sr. arcebispo Schneider que retire logo as penas canônicas injustas e inválidas, antes que seja tarde também para ele...De Deus e de Sua Mãe Santíssima não se zomba!...”**

Aos 16/09/58, às 15 horas, o bispo Dom Landgraf vem pedir, outra vez, que Tereza Obermayer escreva o seguinte:

“Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo! Faço um pedido a todos os Bispos para que suspendam as excomuniões inválidas, injustamente lançadas sobre os peregrinos que acreditam nas aparições da Mãe de Deus em Heroldsbach. Que eles reparem o prejuízo causado à Igreja. Que organizem novenas de reparação. Eu pratiquei culpa mortal tencionando arrasar Heroldsbach... Mas destruir a obra de Deus é grave pecado contra o Espírito Santo. Se os peregrinos não houvessem rezado por mim, eu teria caído no abismo eterno e da mesma forma o arcebispo Kolb. Através de relatórios inverídicos, até Roma eu enganei, pois me deram crédito, devido a minha autoridade episcopal. Tomara pudesse eu voltar à terra! Iria de joelhos pedir perdão a todos...”

- o cardeal Wendel, de Munique, faleceu repentinamente, após a sua alocução de fim de ano. Seis dias após, aos 06/01/1961, ele comunicou:

“Tenho que expiar no purgatório porque combati a honra de Maria Santíssima, Mãe de Deus, não acreditando e dissuadindo outros a não acreditar em Heroldsbach. Lancei castigos injustos contra quem acreditava nas aparições de Nossa Senhora em Heroldsbach. Enganado pelas medidas erradas da Diocese de Bamberg, nada fiz para saber a verdade. Também Pio XII sofre conosco, porque, além de acreditar, aprovou um infeliz decreto sem conhecer exatamente as coisas...Prestou mais crédito ao Santo Ofício que aos apelos que lhe foram feitos. Eu fui severamente julgado. Meu purgatório será duro e longo. Agora, você diga a verdade. Escreva e fale. Defenda com decisão a honra de Maria Santíssima, Mãe de Deus!” Tuas mensagens a bispos e padres trarão bons resultados para a eternidade”

- o Papa Pio XII, aos 08/10/1961, entre as 14 e 15 horas, no 3º aniversário de seu falecimento, veio dizer:

“O que tu, querida irmã terciária franciscana, sofres e

expias por mim, te será abundantemente creditado no céu. Oferece a Santa Missa sem esmorecer. Oferece o Sangue de Jesus em favor de nossos indizíveis sofrimentos! Muitas pobres almas se dirigem a mim pedindo também te lembres delas...Como não as conheces pelo nome, oferecerás cumulativamente por todas o Precioso Sangue hoje na missa vespertina: são numerosas! Lembra-te das almas sacerdotais, pois sou o responsável pelo sofrimento delas, por causa do infeliz decreto que eu aprovei sem o devido exame...O bispo auxiliar de Bamberg, Dom Landgraf, nos informou erradamente sobre este assunto. Ele terá que expiar duramente pela gravíssima culpa dentro da Santa Igreja, pois ainda os fiéis continuam sendo perseguidos com penas canônicas injustas. Minha purificação prolongar-se-á!”

Aos 09/10/1961, às 23h, o Papa Pio XII novamente se manifesta:

“Caríssima irmã, nunca esquecerei o teu ato de caridade por teres oferecido em minha intenção, durante três dias, a Santa Comunhão e o Precioso Sangue! Julgam-me, como papa, não precisar de orações... Por isso não as recebo. Entretanto, eu preciso de orações e sempre renovarei as súplicas para que não te esqueças de mim. Tua responsabilidade diante do Senhor é imolar-te por nós sacerdotes. Vamos ajudarmos mutuamente!... Chamei os peregrinos de Nossa Senhora de “gente fanática” (schwarmgeister) secundando a turma do “contra”... Não fiz reparação em vida e, por isso, devo reparar no purgatório!... Aquela minha afirmação rebaixou os peregrinos! Cada coisa, por insignificante que seja, será examinada por Deus!... Porém, estas faltas nunca poderão ser comparadas com as faltas de pouco caso que se tem para com as aparições de Nossa Senhora no mundo! Reza pelos bispos e padres errantes e descrentes, tanto no Vaticano, como no mundo inteiro! Arrependo-me para sempre!

A batalha de Lepanto foi brinquedo de crianças em com-

WWW.MENSAGENS DARAINHA.BLOGSPOT.COM/

HEROLDSBACH ALEMANHA 1949



paração à batalha atual. Virá um derramamento de sangue e de mártires no próximo combate da Fé! Quem passará pelo teste final? Somente um punhadinho na tormenta que varrerá a Terra!

(...) Não atendi ao Cardeal Faulhaber, nem pensei no pecado da omissão! Ó, se eu pudesse voltar à Terra para reparar este prejuízo que dei à Igreja! Vem em meu auxílio com orações, sacrifícios, reparações, bons conselhos e atuação corajosa!

A convocação de um Concílio Ecumênico dará pouco resultado se não forem revogadas as injustiças canônicas de pura crueldade lançadas contra os leigos e sacerdotes em Heroldsbach. Mas já se passam anos e ainda são mantidas. Estes excomungados, entretanto, são os que defendem a honra da Mãe Celeste pela palavra falada e escrita. (...) Ai de mim, que fui omissivo! Não posso jamais compreender! Eu estava na cegueira de espírito! Agora, Deus me mostra tudo o que eu deixei de cumprir. Só na eternidade é que se vê tudo tão claramente! Mas é tarde! Eu devia ter restabelecido a Glória da Mãe de Deus na Alemanha, que, desde a Reforma Protestante, está caída, desmantelada! Não hei de chegar à visão de Deus, enquanto a honra de Maria Santíssima em Heroldsbach não for restituída”

• o Bispo Buchberger, em 09/06/1961, entre 8 e 9 horas, no hospital, antes de morrer, diz à confidente Irmã Tereza Obermayer:

“Por que não acreditei no que me dizias? É que fui impedido por meus subordinados. Eles tinham você na conta de anormal. O Cônego Kracker tinha a mesma opinião e não prestava atenção no que vinhas a dizer. Agora nada mais posso fazer do que entregar-me nas mãos de Deus. Reza por minha pobre alma quando eu for chamado ao Tribunal. Além de não acreditar, ainda te combati, atendendo a meus colegas. Fiz cumprir a recomendação do Cardeal Wendel, de Munique, proibindo as romarias para Heroldsbach, pensando que à autoridade eclesiástica de cima se deve obediência incondicional. Seria como um golpe de força. Onde a liberdade da fé e da consciência? Incrível! Só agora, à beira da sepultura, estou compreendendo. Reza, imola-te por mim. Que Deus se compadeça de mim. Dói-me profundamente ter assim tratado a Santa Mãe de Jesus, combatendo-A. O pior não foi ter sido descrente, mas ter impedido os fiéis de orar!”

Oração da Confidente Tereza Obermayer:

“Ó Jéus, o Vosso Sangue precioso acuda esta pobre alma sacerdotal, nós Vos rogamos, atendei-nos, Senhor!

Anjos e Santos do Céu, sede seus intercessores diante de Deus!”

Continua o Bispo Buchberger:

“Não choreis por mim! Chorai antes por eu ter rebaixado com minha descrença a Santa Mãe de Deus. Dei até ordens para que fechassem as estradas de acesso aos peregrinos...”

E Nossa Senhora, vem em seguida, dizer:

“Eles só acreditam quando já é tarde. Na eternidade lhes é tirada a venda dos olhos. Esta cegueira de corações endurecidos que nem por lágrimas se deixam comover...”

Após o falecimento, diz o Bispo Buchberger:

“Peço que escrevam ao Santo Papa João XXIII, a todos os Cardeais, ao Núncio Bofite, aos Arcebispos e Bispos! Que se faça um novo Relatório e restabeleçam os direitos de Nossa Senhora! Nós, Bispos, temos culpa grave porque não acreditamos na missão de Nossa Senhora no mundo!... Não seremos libertados, nem chegaremos à visão de Deus enquanto não se reparar o prejuízo feito à Igreja...”

• o falecido Bispo Keller, de Munique, no dia 08/12/1961, às 22 horas, fala a Tereza Obermayer:

“Escreve ao Santo Padre que eu fui enredado no maldito decreto contra as aparições em Heroldsbach. Pede ao Santo Padre que indague com urgência sobre o caso. Por favor, reza por minha pobre alma, tu que fizeste voto de orar pe-

los sacerdotes, oferece por nós o Sangue Precioso durante a Santa Missa”

Nossa Senhora, a este horário, ao final, veio dizer:

“O culto Mariano tem de ser aprovado em muitos lugares e não apenas em alguns!... Sem saber em que arraial se encontram, trabalham bispos e padres ao lado do inimigo!”

A 19/09/1962, a palavra de NOSSO SENHOR: “Tratando-se de autoridade eclesiástica, ninguém deve praticar abuso contra meus filhos videntes e confidentes. Também o sr. Bispo de Leiria (Fátima) encontra-se ainda no lugar de purificação. Ele não acreditou na Mensagem de Minha Querida Mãe e Rainha. Se ele tivesse agido, a Segunda Guerra teria sido evitada! Todos teriam aceito prontamente o grito para fazerem penitência!

Por que só se acredita quando vem o castigo? E por que murchoa a Fé no círculo dos Pastores? Uma vez que o povo, em sã razão, está acreditando, por que o castigam? Quem justificará perante Deus tal procedimento? É bom fazer reparação, ainda em vida, e pedir desculpas pelos grandes crimes cometidos contra as Ordens e Designios de Deus...”

Em 1998, após 50 anos, o arcebispo de Bamberg reconhece oficialmente Heroldsbach como um “lugar de oração”, da Sagrada Eucaristia e demais sacramentos⁽³⁾

NOTAS

(1) As aparições marianas são estudadas mundialmente por religiosos e cientistas, tendo o filósofo Jean Guittou cunhado o termo “mariofania” para designar tais estudos. Joachim Boufflet, historiador especializado no estudo da religiosidade popular e de fenômenos místicos, afirma que Maria – na condição de mãe e educadora, incumbência por ela recebida na Cruz – em suas aparições, vem para recordar à Igreja e a todos da missão de Seu Filho constante nos Evangelhos (cristocentrismo) Afirma ainda Boufflet que há um grande número de aparições, o que vem surpreendendo até mesmo os mais experientes estudiosos, o que exige prudência, ponderação, acuidade, humildade por parte dos pesquisadores.

(2) Cronograma de (algumas das) aparições da Santa Virgem em Heroldsbach:

09/10/1949 - 1ª aparição (festa do Rosário)

08/12/1949 – prodígio solar (festa da Imaculada Conceição)

25/12/1949 – aparição ante 4.000 peregrinos (dia de Natal)

13/01/1950 – Nossa Senhora deixa as meninas tocarem-Na e que carreguem nos braços o Menino Jesus

26/09/1950 – A Senhora ensina às videntes a seguinte oração: “Ó Maria, proteja-nos debaixo de Seu manto azul, abrigo seguro para todas as ruínas”

01/11/1950, à noite, data da proclamação pelo Papa Pio XII do dogma da Assunção de Nossa Senhora ao céu, a Santíssima Virgem apareceu a cerca de 300 adultos, ostentando uma coroa negra do Santo Rosário.

13/03/1951 – Nossa Senhora apareceu às videntes com o Menino Jesus, cercados por uma legião de santos, os quais abençoaram com as mãos as videntes, dizendo-lhes “que as suas mãos não possam praticar atos impuros”, orientando-as ainda para manter os olhos sempre na Virgem, no Menino Jesus e nos santos e nunca ceder ao corpo e seus sentidos e que no julgamento tudo será revelado: o bem e o mal”

1951 - Aparições ainda nos dias 06/05, 13/06 e 15/09, a Senhora sempre rogando orações e fidelidade a Deus

31/10/1952 – última aparição de Nossa Senhora, tendo ela lhes dito: “Não vim para fazer milagres, mas insistir para que vocês pratiquem a oração e a expiação. Continuem a orar nesta colina, mesmo quando não aparecerem mais” E complementou: “Esta é a última chamada para que os homens orem com os sacerdotes, ajoelhem-se todos para a salvação da humanidade. Cada filho pode elevar suas mãos a Mim e a Meu Filho Amado, quando e onde quiserem” A Senhora desapareceu, a seguir, em uma linha brilhante, enquanto os anjos estendiam a luz de Seu manto, de cor vermelho azul e com dobras de brocardo, por toda a montanha – um majestoso manto para simbolizar e reiterar a poderosa proteção da Mãe do Redentor para toda a humanidade.

(3) Os alemães usam a expressão “gebetsstatte” para lugares como Heroldsbach, onde Maria apareceu, mas não foi reconhecida e rejeitada pela Igreja.

(Fontes: “Universo Católico” ed. 19-11-2014 Livros: “Os segredos de Maria” Pe. Vitor Fonseca Sousa “Jesus responde a um padre”)

PADRE JÚLIO JOSÉ FERREIRA: LIGANDO NA MISSÃO SÃO TIAGO E DESTERRO DE ENTRE RIOS



Junto com Padre José Duque de Siqueira e Monsenhor Francisco Elói de Oliveira, Padre Júlio José Ferreira foi um dos párocos mais marcantes de São Tiago. Segundo Marcus Santiago, em *A Freguesia de São Tiago* (2011, p. 77), foram 33 anos de paróquia nas Terras do Café com Biscoito (1868-1901). Disso os são-tiaguenses já o sabem. A novidade é que Pe. Júlio José Ferreira, durante os anos 1880-1883, acumulou além das suas funções de pároco o atendimento ao curato da Capela Nova do Desterro, atual Paróquia Nossa Senhora do Desterro, em Desterro de Entre Rios.

Sabemos dessa informação através da análise do primeiro livro de batizados da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, que se encontra digitalizado no site Family Search já muito conhecido dos genealogistas. A presença de Pe. Júlio José em Desterro se vê primeiramente nas rubricas assinadas em cada página do livro, o que indica que ele foi o responsável por sua abertura. Infelizmente, a má conservação dos arquivos paroquiais fez perder o termo de abertura e fechamento. O que encontramos são anotações do Padre Alfredo Christovam Kobal de 05 de abril de 1933, feitas sob autorização de Dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, por meio do despacho nº 143 de 1933. Pe. Kobal informa que, no livro de batismo em questão, faltam as duas primeiras páginas, cujas transcrições foram levadas para outro livro.

No estado atual do livro, o primeiro batizado anotado é o de Bárbara, em 25 de abril de 1880, por Pe. Júlio José Ferreira. Neste dia, 5 batizados. A última celebração de batizado oficiada pelo sacerdote aconteceu em 19 de setembro de 1883.

Por esses registros, presume-se que, por cerca de três anos e meio, Pe. Júlio José Ferreira atendeu como capelão em Desterro, e viu o curato ter sido elevado à paróquia (que foi criada por lei provincial em 10 de outubro de 1882). Como a instalação canônica da paróquia só aconteceu em 17 de janeiro de 1884, ele não chegou a ser seu primeiro pároco.

É curioso que o pároco de São Tiago fosse o responsável por atender o distrito de Capela Nova do Desterro, seja pelo fato de pertencer na época à paróquia de Entre Rios de Minas seja pela distância significativa entre as duas localidades, a ser percorrida pelos precários meios de transporte da época (provavelmente, no lombo de um cavalo). Mesmo que o atalho por Jacarandira reduzisse o percurso a cerca de 50km, é um grande esforço para o padre: árdua missão!

A distância explica a data dos batizados acontecerem geralmente uma vez por mês, num domingo (na maioria das vezes, o terceiro do mês), que deveria coincidir com a celebração da missa¹. Os batizados em dia de semana são sempre em pouca quantidade, um

ou dois, e, suponho, atendiam a casos excepcionais, já que o risco de uma criança morrer na época era grande. Quando comparamos às anotações de batizados de seu sucessor, Pe. Antônio Lourenço, vemos que eles acontecem espalhados ao longo do mês, inclusive em vários domingos. Se no domingo, dia máximo da vida paroquial, encontramos-lo muitas vezes em Desterro, parece que ele estabeleceu moradia fixa ali, ao contrário de Pe. Júlio.

Interessante considerar o fato de ele batizar em Desterro em 25 de julho de 1880, dia dedicado a São Tiago. Na data do padroeiro de sua paróquia, ele está atendendo em outra localidade. Não havia festa do padroeiro no período? A atenção era mesmo para a festa de agosto, como conta a oralidade são-tiaguense?

Após 1883, Pe. Júlio retornou a já Paróquia Nossa Senhora do Desterro para batizar em cinco datas: 29 de fevereiro de 1884; 05 de abril de 1884; 11 e 12 de outubro de 1885; e 18 de março de 1886. Fez amigos no local? Estava sendo suplente do pároco em suas dificuldades?

A mim, que sou desterrense e tenho a graça de atuar nesta Paróquia de São Tiago, vejo com alegria que os laços eclesiais entre os dois lugares já foram amarrados por um antecessor, Pe. Júlio José Ferreira. Coincidência? Pode ser Providência!

Diacono Gutierrez de Lellis Resende

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Vagner Luciano de; DINIZ, Rozaná Maria. *As contendas, o Desterro e a Capela Nova: resgate cultural de Desterro de Entre-rios, Minas Gerais*. Joiville, SC: Clube dos Autores, 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Lei 2979, de 10/10/1882, eleva à freguesia, com a denominação de N. S. do Desterro de Entre Rios, o distrito da Capela Nova do Desterro, do termo de Entre Rios*.

DINIZ, Ir. Hely Vaz. *Relatos históricos do distrito de São Sebastião do Gil*. São Paulo: Ave Maria, 2005.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO DESTERRO. *Livro de Batismo I*.

SANTIAGO, Marcus Antônio. *A freguesia de São Tiago*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2011.

¹ Batizados de Pe. Júlio José em 1880: 25 de abril (4º domingo), 16 de maio (3º domingo), 13 de junho (3º domingo), 25 de julho (4º domingo), 29 de agosto (4º domingo), 12 de setembro (2º domingo), 27 de setembro (segunda-feira), 24 de outubro (4º domingo), 25 outubro (segunda-feira), 14 de novembro (2º domingo), 25 de novembro (quinta-feira) e 19 de dezembro (3º domingo). Em 1881: 16 de janeiro (3º domingo), 17 de janeiro (segunda-feira), 01 e 02 de fevereiro (terça-feira e quarta-feira), 6 de março (1º domingo), 24 de abril (4º domingo), 22 de maio (4º domingo), 19 de junho (3º domingo), 10 de julho (3º domingo), 12 de julho (terça-feira), 21 de agosto (3º domingo), 22 de agosto (segunda-feira), 18 de setembro (3º domingo), 09 de outubro (2º domingo), 20

de novembro (3º domingo), 18 e 19 de dezembro (3º domingo e segunda-feira). Em 1882: 22 de janeiro (4º domingo), 4 e 5 de fevereiro (sábado e 1º domingo), 5 de março (1º domingo), 23 de abril (4º domingo), 30 de abril (5º domingo), 13 de maio (sábado), 18 de junho (3º domingo), 16 de julho (3º domingo), 20 de agosto (3º domingo), 17 e 18 de setembro (3º domingo e segunda-feira), 22 e 23 de outubro (3º domingo e segunda-feira), 12 de novembro (2º domingo) e 17 de dezembro (3º domingo). Em 1883: 14 de janeiro (2º domingo); 02 de fevereiro (1ª sexta-feira); 09 de março (2ª sexta-feira); 01 de abril (1º domingo); 03 de maio (quinta-feira); 10 de junho (2º domingo); 15 de julho (3º domingo); 19 de agosto (3º domingo) e 19 de setembro (quarta-feira).

AINDA SOBRE O MITO NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Assunto “mito” é, em si, complexo, abordado por inúmeros pensadores, porquanto a busca de uma identidade histórica se reflete ou se interconecta ao desconhecido, ao insolúvel, revelando a amplitude e inquietude da vida humana. Jean Pierre Vernant faz distinções/contraposições entre o mítico (mais integrado à linguagem oral) e o lógico (mais ordenado à escrita) O *mythos* acha-se apenas às áreas do fabuloso, fascinante, do maravilhoso, enquanto o *lógos* localiza-se no universo do intelecto, do inteligível, do real (“Mito e Sociedade na Grécia Antiga” Ed. José Olympio, 1992, p. 174)

Já para Mircea Eliade, que estudou profusamente as sociedades arcaicas, o mito representava uma história ou narrativa verdadeira, portanto com “caráter sagrado exemplar significativo” Uma erupção do sagrado, servindo como “padrão modelar de todas as atividades humanas” O mito narra como, graças às façanhas de entes sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja ela total ou fragmentária, como um comportamento humano, uma instituição” (“Mito e Realidade”, Ed. Perspectiva, SP, 1978, pp. 5,7, 11, 12) Enquanto a história é linear, temporal, a narrativa mítica se assenta sobre a intemporalidade, revestida de roupagem dita sobrenatural.

Autores como Ernst Cassiner (“Linguagem e Mito” Ed. Perspectiva, SP, 1985, p. 106) consideram que as formas (ou consciências) linguística e mítica se influenciam, se correlacionam indissolúvelmente, pois provém de uma raiz comum – arquipotência – repousando na mesma forma de concepção/percepção mental, ou seja o pensamento metafórico. À medida que evolui a linguagem (força do *lógos*) reduz-se o poder figurador original da linguagem a um mero signo conceitual. O caráter metafórico original da linguagem, próximo ao mito, porém, não é suprimido de todo, sobrevivendo na manifestação artística, em especial na poesia lírica. Com a prevalência do pensamento lógico-científico, o mítico se relaciona ou se circunscreve, cada vez mais, ao universo da imaginação, do devaneio, da lenda, do romanesco. Embora extenuante, a forma mítica não desaparece e se legitima historicamente na condição de lenda. Pensadores como Mielietinsky, por sua vez, incluem o conto maravilhoso, o épico heróico como “forma de conservação e de superação da mitologia” (“A Poética do Mito” Ed. Forense, RJ, 1987, p. 329)

Mito e Psicanálise - O mito, relegado à condição de mera imaginação, seria reabilitado com o advento da psicanálise, em especial as pesquisas de Freud sobre o inconsciente. Abrem-se os caminhos da inconsciência com a descrição de sonhos e imaginários de pacientes e as imagens aí guardadas – manifestações de dramas existenciais representados nos mitos gregos, como Édipo – tornam-se chaves para o (re)conhecimento do ser humano. Imagens intemporais, símbolos primordiais presentes e recorrentes no interior da consciência humana (arquétipos no dizer de Carl Jung), independentemente da diversidades de costumes e culturas, que geram narrativas míticas e expressivas do ser humano.

Os elementos constitutivos do mito permanecem, explícitos ou não, na ficção moderna, como tentativas de se dar respostas às questões não compreendidas pela razão humana. Dai a presença



INTERNET/DIVULGAÇÃO

do sobrenatural, do transcendental na condição de soluções ou explicações para aquilo que a consciência humana não consegue resolver ou assimilar. Para Mielietinsky “o fantástico do cotidiano se desenvolve com base na máxima interpenetração do maravilhoso e do cotidiano. Atrás das pessoas, dos objetos e situações mais comuns, descobrem-se forças maravilhosas, fantásticas e míticas do outro e, por outro lado, essas mesmas forças fantásticas se apresentam numa forma reduzida, ordinária, cômica...” (op. cit p.344)

Essa mitologização do cotidiano, ainda segundo Mielietinsky, tem motivação crítico-social e própria da tradição folclórico-mitológica recorrente entre latinos americanos e afroasiáticos, onde há uma “síntese orgânica de elementos de historicismo, mitologismo, realismo social e folclore autêntico” (id.ib. pp. 433-434)

Para o celebrado linguista Tzvetan Todorov, o gênero fantástico situa-se entre o maravilhoso (acontecimentos sobrenaturais regidos por leis estranhas ou incompreensíveis) e o estranho (quando faz-se possível alguma explicação possível no mundo real). Havendo indecisão, o contexto é considerado literariamente fantástico, cuja organização narrativa direciona a transfiguração mítica ou metafísica da realidade. Para Todorov, “a função do sobrenatural é subtrair o texto à ação da lei e com isso mesmo transgredi-la” (“Introdução à Literatura Fantástica” Ed. Perspectiva, SP, 1975, pp. 128 e 168)

Fonte: Adriana Monfardini - “O Mito e a Literatura” – Revista “Terra Roxa e outras terras” (Revista de Estudos Literários) vol. 5, 2005, pp. 50/61

Os montes da Capela Senhor dos Montes

PARTE 3: OS MONTES BÍBLICOS: MONTE MORIÁ

Ao adentrarmos a Capela, erguemos a vista à frente, ao centro vemos o Bom Jesus, à direita o painel A (Monte e Horto das Oliveiras) e, à esquerda o painel C. Damos um grande passo! Saímos dos Montes da guerra na Itália e dos Montes do Brasil para os Montes Bíblicos. No livro de tombo n. 2 página 102, assim ele diz Monsenhor Elói: “cita pormenorizadamente os montes bíblicos com painéis alusivos à história bíblica e redenção dos homens”. E o primeiro que o idealizador nos propõe visitar é um monte do Antigo Testamento.

Nesse texto iremos conversar especificamente sobre o Pínel C: o sacrifício de Isaac no monte Moriá. No Antigo Testamento, livro de Gênesis 22, 1-19 narra-se que Deus pediu a Abraão tomasse seu filho único Isaac e fosse à terra de Moriá para oferecê-lo em sacrifício. Deus testa Abraão, para ver se está disposto a sacrificar o filho que é sua esperança, pois é através dele que Deus realizará suas promessas. Lembramos que uma das promessas de Deus a Abraão é justamente uma grande descendência. E como ter ainda essa promessa se sacrifica o único filho? Então um anjo intervém e é providenciado outro sacrifício que não Isaac: um cordeiro.



Na tradição bíblica e judaica o Monte Moriá, local do sacrifício, é muito importante. Tanto que também é o local onde Salomão construiu a casa do Senhor, em Jerusalém (2 Cr 3, 1-2). Hoje, um lugar disputado por Cristãos, Muçumanos e Judeus.

No Novo Testamento uma alusão direta a essa cena é na carta aos Hebreus 11, 17-19 onde se apresenta as testemunhas de fé desde a criação até Abraão. E assim se diz: “Pela fé, Abraão, posto à prova, ofereceu Isaac em sacrifício; ele depositário da promessa, sacrificava o seu único filho...” Ainda no Novo Testamento a referência à cena se dá de forma indireta em Romanos 8, 32: “Deus, que não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós, como é que, com ele, não nos daria tudo?”

Nos primórdios da Igreja, no século III, em uma de suas homilias sobre o Gênesis, Orígenes irá comparar a cena com as palavras do Apóstolo a respeito de Deus: “Ele não poupou seu Filho, mas entregou-o por todos nós. Vede Deus rivalizando com os homens em magnífica generosidade. Abraão, mortal, ofereceu a Deus o filho mortal, que não morreria então. Deus entregou à morte por todos o Filho imortal”. E continua: “Olhando Abraão para trás, viu um car-

neiro preso pelos chifres entre os espinhos.” Para Orígenes tanto Isaac quanto o Carneiro são figuras de Cristo. “É muito importante ver como ambos se relacionam a Cristo: Isaac que não foi morto e o carneiro que o foi. Cristo é o Verbo de Deus, mas o Verbo se fez carne”.

Pe. Sebastião Correa Neto



O sacrifício de Isaac desempenha na arte cristã, como prefiguração da paixão de Cristo, um papel importante. Diferentes artistas pintaram a cena, em várias épocas, em variados estilos. Há mosaicos bizantinos e afrescos medievais, também peças tão antigas como o Novo Testamento. Contudo, o tema renasceu com força no Barroco e Maneirismo do século XVII. Após a Reforma Protestante e a Contra-Reforma, a história de Abraão e Isaac voltou com tudo como exemplo de fé e de obediência a Deus. Importância percebida no grande número de obras dedicadas ao sacrifício de Isaac que apareceram na arte barroca pelos quatro cantos da Europa a partir dos 1600. Entre elas se destacam as versões de Caravaggio e Rembrandt.

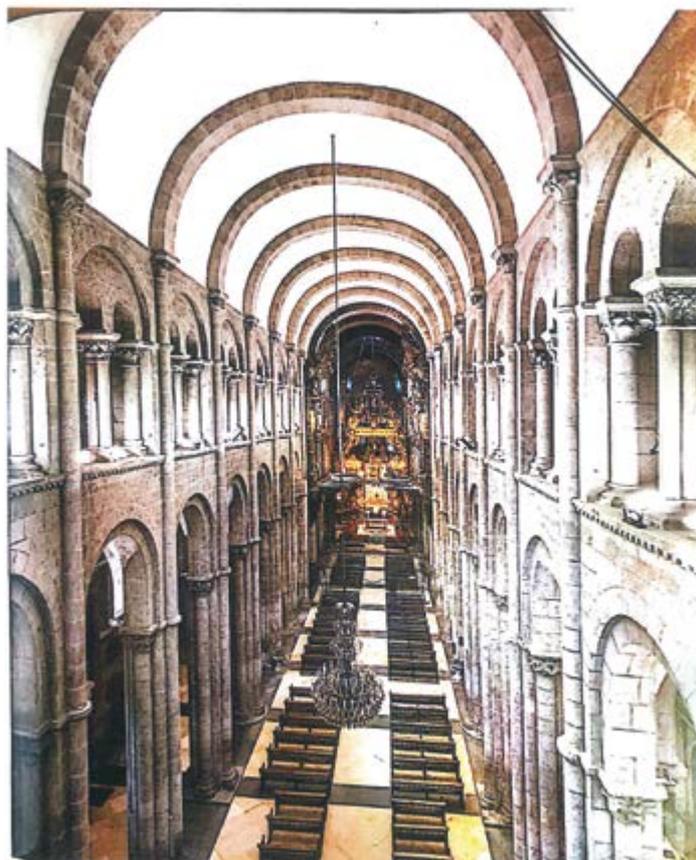
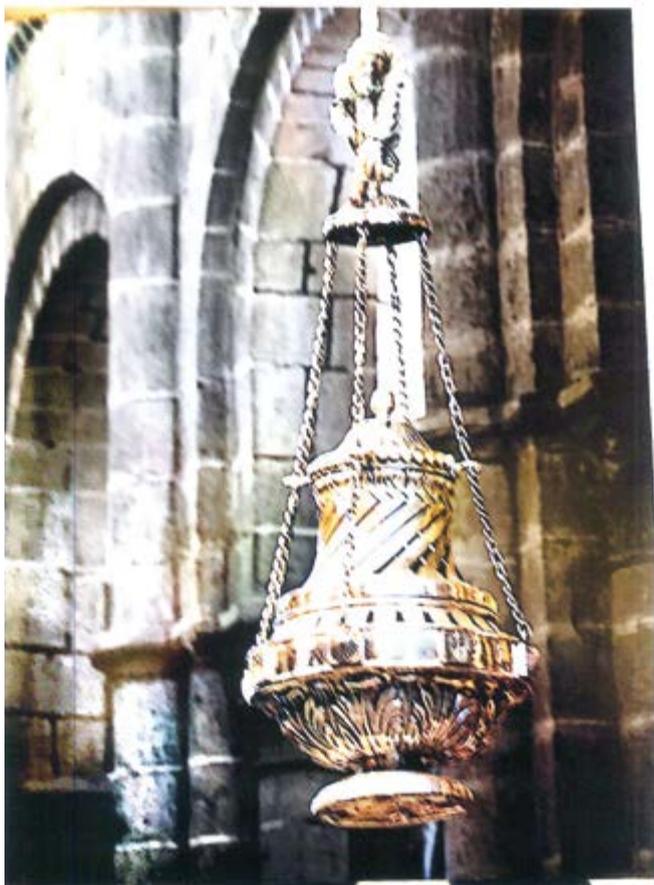
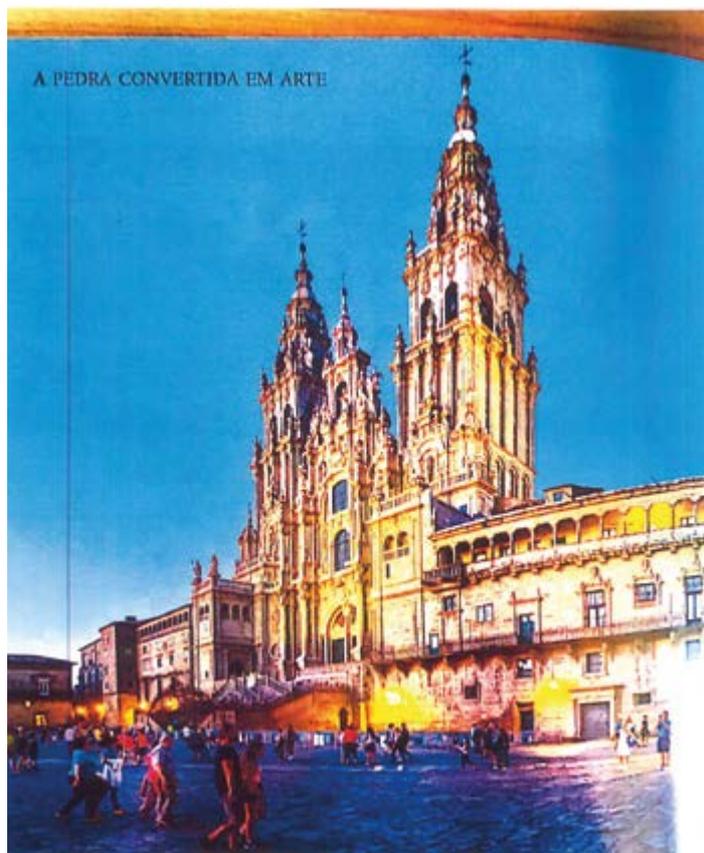
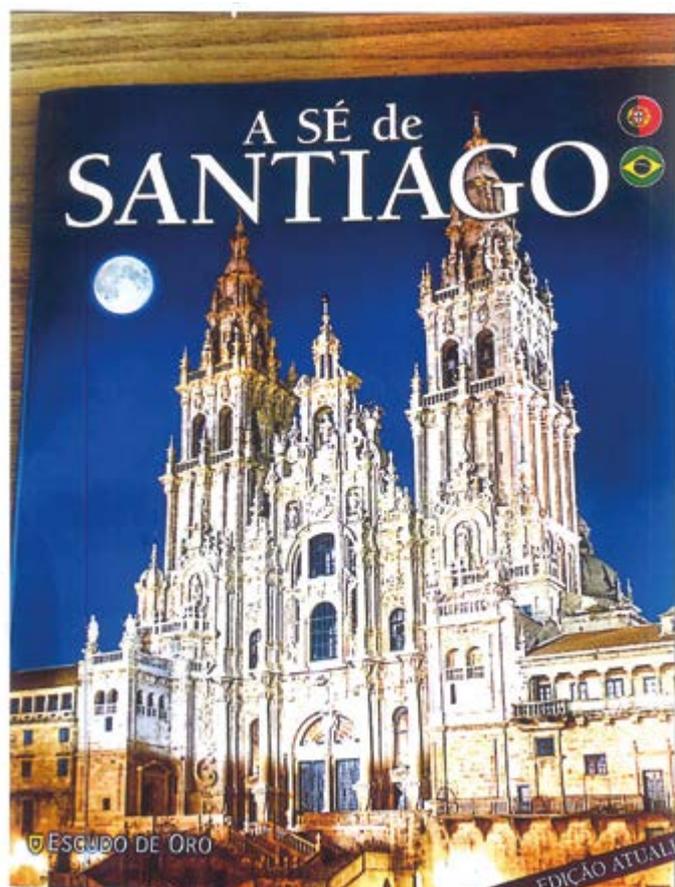
Para a cena do painel C foi escolhida a tela O sacrifício de Isaac, de Paolo Veronese (1528-1588) que se encontra no Museu do Prado, Espanha. Paolo Veronese foi pintor italiano renascentista, um dos maiores mestres da escola veneziana. Usando primitivamente o nome de Paolo Caliari, passou a ser chamado de Veronese, gentílico de sua cidade natal, Verona, onde aprendeu a pintar com Antonio Badile, um hábil expoente da tradição conservadora local, tradição essa que permaneceu fundamental para o estilo de Veronese ao longo da sua carreira, mesmo depois que se mudou para Veneza em 1553.

Penso que, na compreensão espiritual e teológica de Monsenhor Elói estavam presentes todas essas ligações. A sacada original foi ligar o monte principal de nossa fé, o Calvário, com outros montes bíblicos e, ligados a montes brasileiros e italianos. Esses últimos configuram uma ligação entre fé e vida.

Pe Sebastião Corrêa Neto

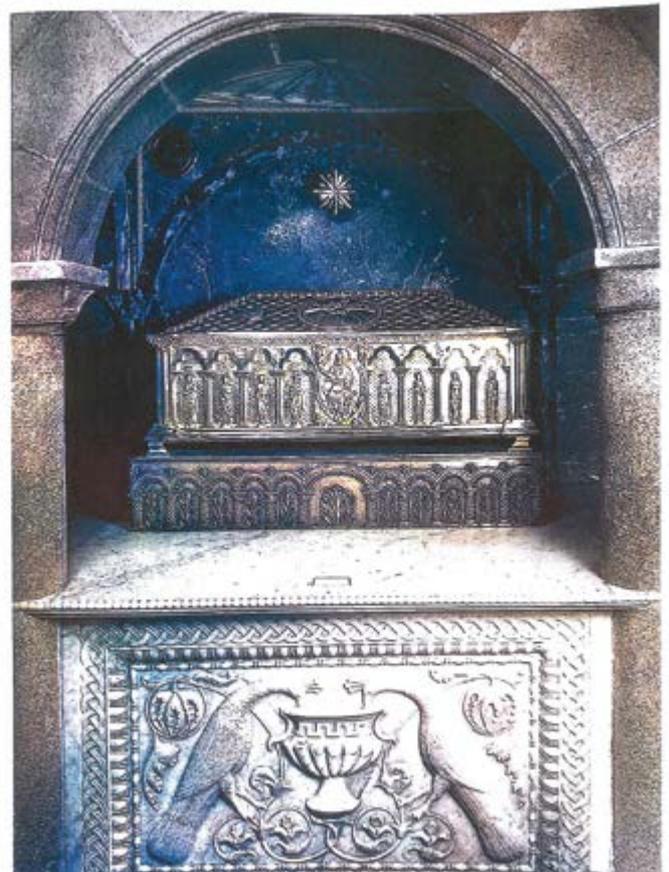
Parte 1: Boletim CLV – agosto/2020
Parte 2: Boletim CLXII – março/2021

SANTIAGO DE COMPOSTELA





A CAPELA-MOR



O MÊS DE JUNHO CHEGOU!



E com ele a lembrança de tantos bons momentos vividos na infância nas décadas de 1980 e 1990. Festa Junina na escola, ensaios periódicos para o grande dia da quadrilha. Calça remendada, blusa xadrez, chapéu de palha, bigode e barba pintados com lápis creon ou com carvão, assim que os meninos iam dançar quadrilha. Após a premiação do rei e da rainha da festa junina e da pipoca corriamos para comprar ficha para comer as guloseimas vendidas na escola.

Início do mês já animado com a tradicional trezena de Santo Antônio na Praça São Vicente, na Igreja do Rosário. Pessoas da cidade concentradas todas as noites. Frio tremendo! Missa e orações do trezenário! Movimento intenso da barraca ao lado da igreja. O famoso e costumeiro quentão não podia faltar. Ninguém se esquece, pois cheiravam longe a canela e o gengibre. Quente, fervendo era servido no copo americano. Bicos de bala feitos pela Asly, canjica, caldos, churrasquinho, pão de queijo, pastel frito, pipoca, cartucho de amendoim doce ou torrado etc.



De um lado, o leiloeiro próximo à mesa grande cheia de leilões gritando de forma convincente para que arrematassem com o valor maior a prenda que estava em suas mãos. Mesa farta com muitas doações dos fiéis, recolhidas naquele dia pelo festeiro/procurador. Muitos alimentos vindos das roças, feijão novo, arroz, fubá de moinho d'água, ovos caipira, polvilho, café, lindas abóboras e morangas. Do outro, um cantador das pedras da concorridíssima e tradicional vispóra. Frango assado, brindes e valores em dinheiro para os acertadores das cartelas. Jogadores com uma, duas e até três cartelas sobre o balcão fazendo uma "fezinha" para levar um prêmio.

Havia também a sonorização feita pela equipe do Clube Magnatas com pedidos e oferecimentos de músicas. Muito sucesso rodando, sertanejo, forró e música "lenta" (romântica). Jovens vendendo correio elegante de um lado para o outro que possibilitava que acontecessem paqueras e até uns beijos quase às escondidas, nas proximidades da pracinha. Alguns eram tão sofisticados que vinham junto um pirulito na forma de coração.

A quermesse de cada noite demorava para acabar. As pessoas ficavam até o último copo de quentão, a última prenda do leilão, a última rodada da vispóra. Alunos que desciam das escolas que tinham aulas à noite, ainda pegavam o "movimento do Santo Antônio". Eram 13 dias de festejos.

Dia do Santo era uma festança! Entradas simbólicas da praça eram feitas com arcos de bambu decorados com bandeirinhas coloridas recortadas de revistas, jornais, papéis coloridos e amarradas na torre da igreja e nas árvores. As toalhas mais bonitas estavam na mesa do altar, cantoneiras com vasos de flores e folhagens ladeando o presbitério. Igreja impecável na limpeza e um cheiro gostoso de cera em pasta. O andor de Santo Antônio todo enfeitado com carinho pelas voluntárias. Sino tocando ao meio dia e às 18h e mais à noitinha na saída e chegada da procissão. Gente de toda parte da cidade para festejar.

Era a Festa principal do Cerrado. Uma atmosfera de alegria tomava conta das pessoas que passavam o dia decorando a praça. Falávamos que o dia de Santo Antônio era o dia Maior. Após a procissão a grande fogueira em frente à casa do Cebola, que aquecia a todos na noite fria de Santo Antônio.

No dia 24 de junho, Dia de São João, havia a fogueira feita de fora da casa do Sr. Tião do Hugo e, que ao final, as brasas eram espalhadas e numa prova de fé pessoas caminhavam descalças sobre as brasas. Diziam que quem tinha fé o pé não se queimava.

O mês junino não parava por aí... Eram organizadas por moradores, a marcação de quadrilhas em várias ruas da cidade. Ruas limpíssimas, ornamentadas, tocadores ou som mecânico animavam o momento.

Na região também aconteciam as Festa de São João Batista em Morro do Ferro e a de São Pedro na Carapuça.

*Marcus Santiago
IHGST/ALSJDR
Costumes de nossa terra*



MOINHO D'ÁGUA

Moinho d'água ou azenha é um tipo de mecanismo capaz de aproveitar a energia cinética do movimento das águas, permitindo moer grãos desde o século I na Ásia Menor a.C. Depois espalhou-se para Europa com fins industriais na tarefa da moagem de grãos.

O termo "moinho" deriva do latim "molinum" de molo que significa moer, triturar cereais. O par de pedras duras, redondas, planas se chama MÔ (do latim mola) que significa pedra de moinho ou lagar. É um excelente modo de aproveitamento de energia natural não poluente e ecológica, uma vez que não implica nenhuma perda no curso d'água e não altera a fauna e flora fluviais, mantendo assim o ecossistema intacto. Este atrativo remoto às antigas famílias mineiras e alagoenses que plantavam milho para subsistência e processamento do fubá e canjiquinha. É um engenho simples, onde o movimento das águas faz rodar e acionar o sistema de moagem. É necessário ter uma queda d'água para girar encima as duas pedras por onde o milho é triturado lentamente.

A função da pedra é triturar grãos: trigo, cevada, centeio, café, milho, etc.

Com o balanço ritmado das pedras, os grãos vão descendo pouco-a-pouco e saem fininho como uma farinha de trigo. As pedras de vez em quando tem que ser "picadas" que são pequenos orifícios feitos com o "picão" para melhorar a trituração dos grãos. O moinho requer revisão sempre, ele tem seu ritmo próprio não pode ser muito lento, nem muito rápido, senão embola o milho, como dizem na linguagem popular. É necessário que se faça um cômodo bem fechado para evitar predadores.

Embaixo onde jorra a água, é bom que seja calçado para suportar os jatos d'água e como é um buraco mais profundo e úmido, o pessoal da zona rural chama de "inferno" e pede muito cuidado e atenção com este local. Para parar o moinho, é só mudar o curso d'água. Coloca-se uma tábua, fecha-se e o rodízio vai lentamente parando e toda a sua engrenagem cessa. No rodízio, tem várias "colheres" grandes que recebem a água e uma haste tocando nas pedras.

Fubá de moinho d'água é uma das iguarias de nossa culinária mineira, ideal para broas, angus, mingaus e quitandas diversas. Hoje, com o desmatamento, assoreamento dos rios, diminuição das águas, mudanças de estações, poucas propriedades rurais possuem moinho d'água. Quem tiver a oportunidade de conhecer perto verá que é mais uma das relíquias de nossos antepassados, esta sabedoria milenar, presente em nossa terra.



*Maria Elena Caputo de Castro
Professora/psicóloga*

Hoje partiu uma professora. D. Lucy Lara.

Foi Lucy quem me "obrigou" a ler, pela primeira vez, Machado de Assis - Memorial de Aires- além de outros clássicos da literatura brasileira: O Guarani, A moreninha, Senhora, A escrava Isaura, mas também obras da coleção vagalume, das coleções de bolso da Ediouro, cujo catálogo levava para a sala. Depois das leituras, as indefectíveis "fichas de livro".

Lembro-me do livro didático que usávamos em suas aulas. Quantas vezes transcrevi no quadro de giz a lição, a pedido dela. Conjugações e mais conjugações de verbos ... orações coordenadas e subordinadas... análises sintáticas... morfológicas...

Lembro-me da sua caligrafia... da sua letra grande e bem traçada. Lembro-me dela nos ensinando a desenhar letras "góticas", com as quais fazíamos questão de escrever as capas de trabalhos escolares. Ela gostava de poesia, de desenhar e pintar...

Lembro-me do seu cabelo loiro sempre penteado, do perfume, do batom e esmalte vermelhos. Da grande bolsa sempre cheia de livros... Anos depois fomos colegas de trabalho e foi durante o período em que estive na direção da escola que ela se aposentou do segundo cargo...

Vá em paz, D. Lucy.

Autor: Ailton Assis - 10/06/2021



REV. JOHN ELIOT

PIONEIRISMO NA TRADUÇÃO DA BÍBLIA PARA OS POVOS INDÍGENAS AMERICANOS HÁ 360 ANOS



Coube ao Rev. John Eliot, missionário puritano inglês, o pioneirismo na tradução da Bíblia para os nativos norte-americanos, sendo de sua lavra a primeira versão bíblica impressa na América (1661) Conhecido como “o apóstolo dos índios”, seu público alvo eram os nativos da América do Norte, cumprindo ele a monumental tarefa de traduzir a Bíblia para o idioma algonquiano em 2 volumes impressos entre 1661 e 1663, levando ao público aborígene a primeira Bíblia completa impressa do hemisfério ocidental, cerca de 1.000 exemplares, na primeira impressora das colônias americanas. Eliot estudou e aprendeu o idioma algonquiano com ajuda de um jovem indígena, que sabia bem o inglês, por nome Drake Cockenoe, que lhe serviu de interprete e o ensinou as palavras e estruturas do idioma. Eliot pode assim traduzir inicialmente os Dez Mandamentos, o Pai Nosso e dezenas de outras escrituras, sermões e orações. Tornar-se-ia ele o primeiro missionário a publicar obras impressas para os indígenas em sua própria língua, que passaram a ter, não apenas uma compreensão do Cristianismo, mas também da língua escrita (os algonquins tinham apenas uma rudimentar linguagem escrita pictórica)⁽¹⁾ Em companhia de outros ministros, editou o Livro de Salmos, considerado o primeiro livro publicado nas colônias britânicas da América do Norte (1640)⁽²⁾

Sua epopeia foi um marco na história da difusão do Cristianismo nas terras do Novo Continente, em pleno século XVII. Eliot, que era um excelente gramático e tinha domínio das línguas originais da Bíblia (hebraico e grego), além do latim, levaria 14 anos para traduzir para o idioma algonquim os 66 livros da Bíblia. Ainda hoje é homenageado e reverenciado pela Igreja Episcopal nos Estados Unidos, com a denominação de escolas, monumentos.

Dados Biográficos - O Rev. John Eliot nasceu aos 05-08-1604 em Widford, Hertfordshire, condado de Essex, Inglaterra, filho de Bennett Eliot e Letteye Aggar, cristãos convictos, passando sua infância na vila de Nazeing. Atuou como professor em Little Baddow, Essex, na condição de assistente de Thomas Hooker, famoso missionário luterano inglês. Fugindo a perseguições, Eliot emigrou para a América do Norte, viajando a bordo do navio Lyon, chegando a Boston, Massachussetts aos 03-11-1631. Ai passou a atuar como ministro e conselheiro na Primeira Igreja em Roxbury, onde atuaria como pastor por 60 anos, até a sua morte aos 21-05-1690. Suas últimas palavras foram “Bem-vinda, ó alegria!” Casou em outubro de 1632 com Hanna Mountford (que viria a falecer em março de 1687) tendo o casal 6 filhos, sendo 5 homens, dentre eles John e Joseph Eliot e uma filha Hanna. O Rev. Eliot era formado pela Universidade de Cambridge (1622). Fundador da Roxbury Latin School na Colônia da Baía de Massachussetts em 1645, que acolhia igualmente alunos indígenas e negros. Fundador ainda da Roxbury Grammar School, com objetivos de levar o evangelho aos nativos locais. Obras: Ove-rachievement; “The day breaking if not the sun rising at the Gospel”; “Clear sun-shine of the gospel”; “The harmony of the Gospel in the Holy History of humiliation and suffering of Jesus Christ from his Incarnation to his death and Burial” (1678)

Em 1664, Eliot publicou “The Indian Grammar Begun”. Estimulou os nativos a viverem em “cidades convertidas”⁽³⁾ objetivando

consolidar a vida cristã, experiência inicialmente exitosa, mas que viria a ser questionada. O modelo de Eliot buscava a conversão dos indígenas, substituindo-se em parte, suas crenças e seu sistema social, diferentemente do movimento dos jesuítas na cristianização dos nativos do Canadá, em que adicionavam a fé cristã às crenças nativas. Autor ainda de “The Christian Commonwealth: The civil policy of the Rising Kingdom of Jesus Christ” que viria a ser proibido pelas autoridades, pois questionava o próprio regime monárquico (Eliot era apologista de um sistema teocrático, nos moldes praticados por Moisés, durante o Êxodo)

Eliot acreditava convictamente que os índios americanos seriam descendentes das doze tribos de Israel, teoria bem aceita, ainda hoje, dentre alguns grupos protestantes e esoteristas.

NOTAS

(1) Tarefa difícil quanto ao aprendizado da língua algonquim, dada a sua riqueza vocabular, complexidade das estruturas frasais, vocábulos extensos, dificultando muito a formação de frases. Eliot teorizou as estruturas e os modos de construção das frases, listou verbos e suas conjugações, analisou pronúncias e a fonética do idioma, conseguindo, ao final, escrever a primeira gramática dessa língua (1664) Isso posto, passou a pregar o cristianismo aos nativos, visitando-os em suas aldeias, pregando-lhes em sua língua. Dava ele muita importância à educação das crianças, preocupando-se, não só em ensinar-lhes a religião cristã, mas, igualmente, a implantação de escolas próximas às aldeias, investindo no acesso à civilização e ao progresso social dos índios. Implantou ainda escolas regulares destinadas a crianças e jovens índios, como forma de instruí-los e levá-los à faculdade.

Treinava índios de cada tribo para serem os professores nas aldeias e preletores nos cultos religiosos. Sua ação junto aos índios levaria o Parlamento Britânico a criar, em 1649, a Sociedade para a Propagação do Evangelho na Nova Inglaterra (América do Norte), permitindo captar repasses oficiais e doações privadas.

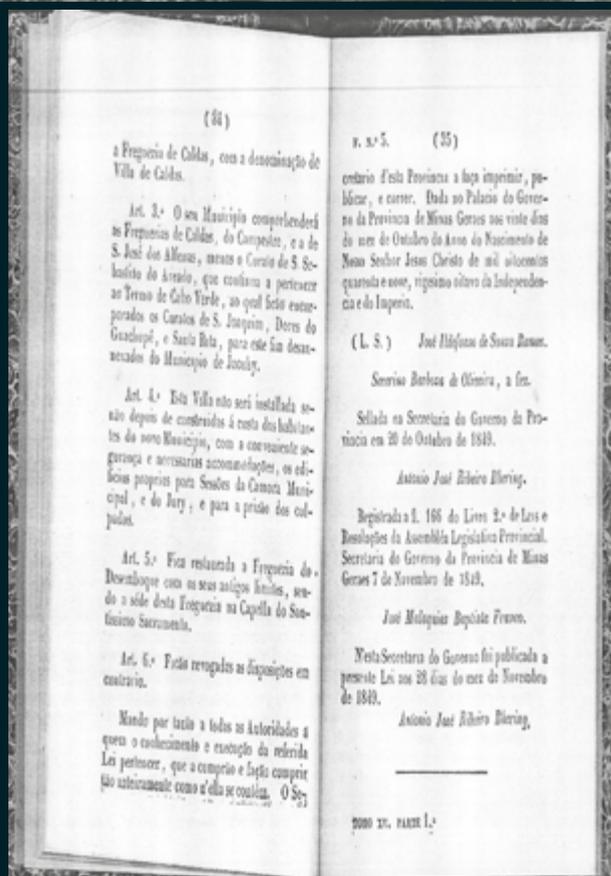
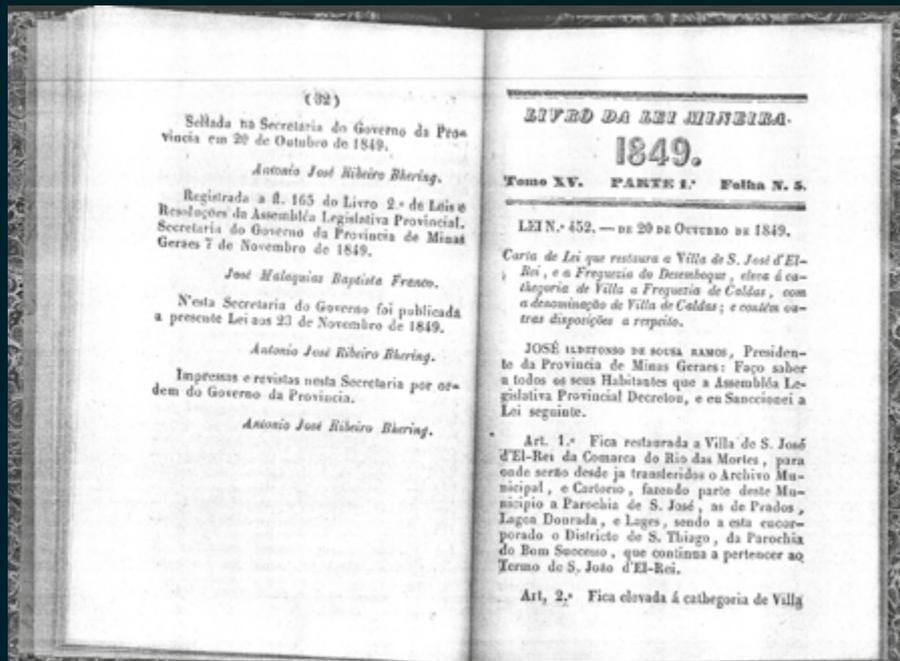
Eliot cedeu ainda ferramentas, sementes para o preparo da terra, o ensino de profissões (tecelagem, técnicas agrícolas), plantio de milho, estimulando os nativos, assim, a aderir ao sedentarismo com o abandono do nomadismo tradicional.

(2) Pequena cronologia – Impressão do Catecismo (1653) // Impressão do Evangelho de São Mateus, do livro Gênesis e dos Salmos (1655) // Edição do Novo Testamento (1661) // Edição completa da Bíblia Sagrada (1663)

(3) As “cidades convertidas” fracassaram por várias razões: os índios, embora cristianizados, continuavam sendo considerados cidadãos de segunda classe pelos colonizadores; a inadaptabilidade dos indígenas, acostumados a relacionamentos de reciprocidade e espontaneidade, que se viram presos/confinados aos preceitos da sociedade inglesa, em si burocratizados, institucionalizados; a interferência governamental que abolira o controle nativo sobre as terras, além de outros fatores como epidemias, levando os núcleos propostos por Eliot a se extinguirem ou se reduzirem.

NR: Trabalho semelhante de catequese foi realizado no Brasil um século antes pelo Beato Pe. José de Anchieta.

CAPELA DE SÃO TIAGO – 1849



APELIDOS EM SÃO TIAGO

Autor: Tiago do Rosário Mendes Santiago – Tiago do Béco.

Observação: conheci todos.

N: Nhá, Nha-Nhá, Nhô, Neneca, Néco, Nica, Naná, Nonô, Nêgo, Nêga, Nenêga, Navalha, Nico, Nenêu, Nilo, Ninita, Nunuca, Nôte, Nininha, Nininho, Navalha, Nini, Nitinha, Netinha.

O: Orelha, Odila.

P: Professor Apaixonado, Perú, Porco, Pinga, Pato, Patinha, Pinto, Pombinha, Pagão, Pavão, Peixe, Panelão, Prego, Piruca, Pegoa, Perigoso, Potinho, Potí, Pita, Picolé, Padre, Pelé, Planeta, Peneu, Pica-pau, Piriá, Pidico, Piazza, Porteira, Pão Duro, Pão Sêco, Paulinho, Pires, Pernilongo, Piolho, Passarinho, Piriquito, Pampinha, Picão, Piute.

Q: Queijo, Quito, Quinzinho, Quatrocento



VIOLÊNCIA E SISTEMA ESCRAVISTA: ASPECTOS SOCIAIS E JUDICIAIS

A violência, ou seja, a força bruta, era/foi o principal elemento e instrumento de sustentação, manutenção e reprodução do sistema escravista com ramificações até os dias atuais. Uma forma de preservação da ordem e coação ao trabalho, um processo institucionalizado de desfragmentação, despersonalização e transformação do indivíduo em escravo, que demandava introdução e repetição continuada de novos escravos. O escravismo, enfim, como qualquer outro processo dominador, inclusive o perpetrado pelo Estado para com seus cidadãos, o do capitalismo para com seus consumidores, envolve a prática da violência e da repressão continuada e reprodução das relações desiguais, que se estendem, ainda que forma sutilizada, repaginada, quando não mesmo ostensiva, até os tempos atuais.

A violência é, em si, um fenômeno perceptível de estratégia política e de dominação, uma relação personalística e sistêmica assentada na opressão, socialmente ilegítima e deslegitimada. No Brasil, a partir de 1850, o fim (proibição) do tráfico internacional de escravos fizera com que os escravos se valorizassem, concentrando-se os planteis nas mãos de grandes proprietários, circulando e se alastrando, por outro lado, na sociedade, um problema de consciência e sentimento de culpa pelo escravismo. A violência, segundo estudiosos, sempre foi uma característica da sociedade colonial-imperial e extensiva, quase intacta, até os nossos dias. Era a agressividade “como moeda corrente das relações sociais, a valentia como premissa de honra” (Ivan de Andrade Nolasco – As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais – século 19” Bauru, Edusp/Anpocs, 2004, p. 246).

O castigo senhorial, a instância da força bruta eram a coluna mestra do regime. Daí o tratamento duro, por vezes insano nos castigos corporais e que levavam até à morte dos castigados. Crime raramente punido pelo sistema judicial da época. As defesas dos senhores envolvidos eram sustentadas, muitas vezes, sobre argumentos sub-reptícios – acidentes, suicídio, embriaguez, portador de moléstias antigas e graves – o que levava, geralmente, à absolvição, despronúncia ou arquivamento ainda no início do processo, quando não a coação e intimidação de testemunhas⁽¹⁾ O discurso da violência contra escravos – numa sociedade que entendia que castigos e truculência eram fundamentais para manutenção da ordem estabelecida – envolvia, todavia, questões de cunho político e social. O destempero e brutalidade de senhores eram igualmente tratados como escândalo público, maculando a reputação social do senhor e sua família, principalmente se da elite, impactando-os

negativamente diante da sociedade e das redes de poder da época.

Progressivamente, a justiça se tornaria o único poder regulador que viria coibir e regular os abusos praticados por senhores escravistas⁽²⁾ A violência extremada contra escravos e o homicídio eram condenáveis aos olhos públicos, moralmente pela religião e legalmente pela justiça. Há a se considerar que, a partir do código de 1832 (alterado em 1841), foram criados/efetivados mecanismos de expansão do aparelho policial e judicial, bem como a liberalização e amplitude social, com instituição de juizes de paz e o sistema de tribunal do júri popular⁽³⁾.

Minas Gerais, em particular a região de São João Del-Rei, cabeça sede da comarca do Rio das Mortes, detinha elevado padrão concentrador de mão de obra escrava, dada(s) as unidades produtivas de gêneros em seu derredor, destinados ao abastecimento interno, mormente o Rio de Janeiro, além de importante centro comercial provincial e interprovincial.⁽⁴⁾ A comarca do Rio das Mortes apresentava “unidades escravistas à altura das propriedades voltadas para a agroexportação com grande concentração da propriedade escrava nas mãos de poucos proprietários” (Marcos Ferreira de Andrade – “Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa 1799-1850” Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2008, p. 50)

A evolução das leis antiescravistas, a instrumentalização da justiça levariam, a partir da 2ª metade do século XIX, a ocorrência de denúncias oriundas de escravos e daí processos contra abusos realizados por seus donos⁽⁵⁾. O que era resolvido intramuros e com violência ilimitada transbordaria para a esfera do poder público. A justiça se tornaria um espaço de articulação dos interesses sociais, em especial a partir da década de 1860, período de radicalização dos debates políticos, dentre eles o da escravidão, tornando-se esse o maior problema social do Império. A sociedade, por sua vez, se sensibilizava, gradual e cada vez mais, com o problema da escravidão, estimulada por canais de denúncias, como jornais e a ação de abolicionistas e assim, já em 1886, nos estertores do escravismo, era proibida por lei a aplicação de castigos físicos aos escravos.

DENÚNCIAS DE ESCRAVOS CONTRA PROPRIETÁRIOS Alguns exemplos em nossa região

Na década de 1860 aparecem as primeiras denúncias de escravos, extraindo nós alguns exemplos. Assim, em 1863, em Carmo da Mata, a escrava Eva Francisca de Jesus – que, pelo teor do processo, não era uma escrava comum, demonstrando firmeza, ca-

ráter e valores humanistas em seu pleito – apresentou queixa contra Carlos José da Costa e sua irmã Matilde de São José, seus donos, por terem-na espancado afrontosamente. Os réus foram a júri, embora alegassem que a escrava os tinha ofendido com “palavras desonrosas”, sendo Carlos José condenado a um mês de prisão e sua irmã absolvida (Labdoc-Decis-UFSJ/AFO processo 12-1863)



O escravo Custódio em 1875 apresentou queixa na delegacia de São João Del-Rei contra seu senhor Cândido Firmino dos Reis, proprietário da Fazenda Fundão em Santa Rita do Rio Abaixo (hoje Riápólis) por graves maus tratos, quer ao denunciante, quer a tantos outros escravos. O fazendeiro, da alta elite regional, foi obrigado a comparecer em juízo e assinar um termo de conduta com o compromisso de tratar “com caridade” seus escravos e não exceder nos castigos (LabDoc-Decis-UFSJ/AMRSJDR, processo 48-05-1875)

Em 1868, em Oliveira, o promotor público José Maria Vaz Pinto de Carvalho abriu processo crime contra Pedro Justiniano e sua esposa Joana Moura Chagas pela morte violenta e torpe de um escravo de sua propriedade de nome André. Um processo rumoroso pois envolvia poderosos fazendeiros da família Chagas (LabDoc-Decis-UFSJ/AFO, processo crime 378-16-1868)

A defesa dos réus proprietários do escravo, Pedro Justiniano das Chagas e esposa Joana Martinha Moura Chagas, alegou, por sua vez, que a vítima André morrera, não pelos açoites e barbaridades, mas por ser doente crônico de inflamação do fígado, advinda desde que fora comprado de antigo proprietário de Passatempo, além de sofrer escoriações por cair de um muro e em um buraco, a tudo buscando corroborar com laudos de médicos da família dos acusados.

O aumento dos processos, a partir da década de 1860, indica(m) o fortalecimento do judiciário, capaz de levar aos tribunais até mesmo membros da elite abastada da comarca do Rio das Mortes.⁽⁶⁾

ESCRAVOS RÉUS

A grande maioria dos escravos réus era do sexo masculino (95%); quando eram eles os ofendidos (vítimas) havia um acréscimo da presença feminina (16%) (Pesquisas de Maria Sylvia de Carvalho Franco – “Homens livres na ordem escravocrata” S.Paulo, Ática, 1974) As pesquisas mostram, ademais, que escravos de origem brasileira demandavam mais justiça do que aqueles vindos da

África, provavelmente em função do fim do tráfico externo, como da maior criolização da população escrava a partir da metade do século XIX. Uma época ainda em que a cor branca, ante o elevado número de negros libertos e mestiços, deixara de ser monopólio ou sinônimo único de liberdade.

Os registros dos crimes de então e seus motivos são os mais diversos e por vezes disparatados – disputas e conflitos pessoais, rivalidades entre escravos de senhores diferentes, homicídios e tentativas de homicídios, castigos excessivos, motivos passionais e fúteis, crises familiares – sendo utilizados, para tal, os mais diferentes instrumentos e tipos de armas, geralmente armas brancas e ferramentas de trabalho (foices, enxadas)⁽⁷⁾

Comumente, livres pobres, forros e cativos não concordavam, não tinham conhecimento sobre as leis criminais e de que, em caso de crimes graves, seriam expostos à pena de morte, em especial o enforcamento. Agiam com base em valores pessoais aprendidos na livre convivência com livres, escravos e forros que incluíam comportamentos violentos e atos homicidas. Por vezes, eram incitados por outros indivíduos a cometerem crimes e assumirem a culpa de homicídios com promessas de recompensa e liberdade, no caso de escravos. Acabavam se envolvendo, sendo manipulados em contendas familiares ou em conflitos entre senhores e assim geralmente sacrificados.

Há inúmeros processos contra escravos por matar - ou tentar matar - os filhos, ante a ameaça de serem vendidos (geralmente escravas mães) e assim separadas dos filhos menores ou por motivos outros (ex. rebeldia) Nessa situação, a escrava Rosa, em 1881, em São João Del-Rei tentou matar os três filhos (LabDoc-Decis-AMB/SJDR processo crime 88-05-1882).

“A criminalidade era resultado de uma conduta permanentemente agressiva dos homens prontos a atacar por vezes por motivos banais. Tais motivos banais estavam atrelados constantemente a respostas a provocações entre parceiros relacionados às noções de honra” (Ivan de Andrade Velasco, p. 232) Viajantes como Richard Burton observaram, por sua vez, que a incidência de crimes violentos contra a pessoa eram muito mais frequentes e muito mais sérios do que os crimes contra a propriedade (“Exploração dos planaltos do Brasil” vol. 1, cap. 38).

No lugar denominado Bom Jardim, na freguesia do Japão (Carmópolis de Minas) em 1882, o escravo Acácio fugira com sua esposa Tomasia e sua filha Pulcina. Perseguido, para não voltarem ao convívio do senhor de nome Teodoro Gonçalves da Costa, Acácio cometeu “monstruoso crime”, enforcando a esposa e a filha. Era o que informava a denúncia dada pelo juiz de direito da Comarca, Dr. Antonio Carlos de Castro Madeira (LabDoc-Decis-UFSJ/AFO proc. crime 23-1882).

Historiadores verificam que a década de 1840 ocorreu uma grande incidência de crimes praticados por escravos (homicídios/tentativas de homicídios), seguida pela década de 1860. Era a época das regências, de graves conflitos e rebeliões em todo o País como a Cabanagem, Balaçada e Sabinada (na região da comarca do Rio das Mortes, registre-se a “Revolta de Carrancas” em 1833 e ainda, à citada época, a “Revolta do ano da fumaça”)⁽⁸⁾, além de acirrados confrontos entre liberais e conservadores, partidos que dominavam a política da época e se alternavam e se digladiavam no poder. Todas essas insurreições contaram sempre com a maciça participação e envolvimento das classes sociais mais baixas, dentre elas escravos⁽⁹⁾.

O ambiente relacional na história escravista era complexo, de tensões latentes, identidades multifacetadas, quando não promiscuas e perniciosas. Basta acompanhar as avaliações e análises de diligentes pesquisadores – intrigas, jogos, amores clandestinos ou explícitos, a convivência espúria de senhores, de homens livres, forros, escravos ladinos, daí a violência contumaz, brigas, agressões, desordens, mortes, levando o historiador João José dos Reis a conceituar: “Na escravidão, nunca se vivia uma paz verdadeira: o



cotidiano significava uma espécie de guerra não convencional” (“Negociação e Conflito” São Paulo, Comp. das Letras, 1989, p. 32)

Com a expansão do ambiente urbano no final do século XIX, concomitantemente às últimas décadas da escravidão, possibilitou-se a escravos e libertos maiores oportunidades econômicas e de reunirem pecúlios, dadas as complexas relações e demandas econômicas e pessoais nas vilas e cidades do interior. Assim, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, lavadeiras, costureiras, quitandeiras adquiriam conduções de produzir e comercializar seus produtos e ofertar livremente seus serviços, acumulando

NOTAS

(1) Mais do que mero exercício de violência, a punição agia como um conjunto de rituais relacionados à autoridade senhorial e seu vasto instrumental de dominação. Os senhores justificavam as razões dos castigos aplicados, alegando serem os escravos punidos de “má índole”, de “má condição”, “mau gênio”, lembrando que os castigos em si possuíam legitimidade social e legalidade jurídica, só se tornando motivo(s) de disputas e contradições judiciais em função do motivo e da intensidade dos castigos, ou seja, senhores que extrapolavam os limites sociais e jurídicos dos castigos aceitáveis (cometimento de crueldades e crimes abomináveis, assassinatos por exemplo, contra seus escravos)

Havia, obviamente, os senhores que, segundo relatos, dentro de sua visão e condição senhorial, tratavam os escravos com moderação, limitando-se a punições “justas” e “pedagógicas” (Silvia Hunold Lara – “Campos da violência”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 61-65) O castigo era, outrossim, associado à benevolência, a uma esfera paternalista, a autoridade com instrumentação simbólica, respaldado em valores morais, religiosos e com embasamento jurídico-social, que emprestavam eficácia e legitimidade ao poder senhorial. Senhores que extrapolavam tais condutas adquiriam a pecha de “bárbaros”, “desumanos”, sendo, por vezes, denunciados judicialmente e execrados socialmente, permanecendo seus crimes vivos na memória dos moradores da época e por vezes atravessando os séculos, motivo de pesquisas por estudiosos e de repasto em botecos e praças públicas para a oralidade popular.

(2) Há que se registrar avanços, no mínimo alterações, na legislação, como a reforma do código de processo criminal em 1832, que passou a vigiar os espaços de sociabilidade dos escravos, inibindo-se ou contrapondo-se aos comportamentos excessivos, violentos e cruéis por parte de senhores. O mencionado código, todavia, achava-se ligado a “ficção legal”, como é ainda considerada nossa justiça, dadas as limitações insustentáveis, em que o escravo era visto como propriedade e objeto senhorial. O & 2º do artigo 75 do citado código proibia denúncia de escravo contra seu senhor. O fato, contudo, é que autoridades judiciais, promotores, delegados, cidadãos comuns, os próprios escravos passaram a mover queixas e consequentes ações ante abusos cometidos por senhores.

Boatos, versões sobre ações dos agentes envolvidos em conflitos e crimes teciam um julgamento pessoal-social e que, por vezes, levavam os autores às barras dos tribunais. Testemunhos adquiriam uma taxonomia jurídica em declarações ou contextos como “por ouvir dizer”, por saber “público e notório”. Construía-se uma visão dos acontecimentos, a partir das informações que circulavam pelas vilas, arraiais e povoações, criando julgamentos morais, sociais, que demandavam, ao final, a efetiva ação da polícia e da justiça.

(3) A violência interpessoal era recorrente em todas as camadas sociais, distribuída proporcionalmente, atuando como moeda de troca viável e assimilável pela sociedade para a resolução de conflitos. Segundo processos da época, as armas brancas foram os principais instrumentos utilizados por escravos no cometimento de crimes contra outros da mesma condição.

Entre 1831 e 1850, a justiça imperial brasileira experimentou uma tentativa especialização com formas de policiamento mais profissionalizado, de controle e vigilância da população. Surgem, assim, no período regencial, corporações encarregadas da segurança pública e do Estado – como a guarda nacional e a força da polícia – com a contratação de pedestres, inspetores de quarteirão e cujos mecanismos de recrutamento, estruturação e permanência dos guardas somente se modernizariam nos últimos anos do século XIX.

(4) Sugerimos, a esse respeito, a leitura da obra “A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del-Rei 1831-1888”, autoria de Afonso de Alencastro Graça Filho, Ed. Annablume, em específico a p. 113)

pecúlio próprio. Um sinal, pois, de desestruturação do sistema, da ideologia escravista e enfraquecimento do poder privado dos senhores escravistas, havendo oferta e diversificação de trabalho além da senzala e da sociedade agrícola. As formas autônomas e de mobilidade de trabalho, em suma indicavam/consolidavam a transição para o capitalismo. Por outro lado, a legalidade moral, ideológica da escravidão se fragmentara ante os tempos modernos bafejados pela retumbância da Revolução Industrial, os rearranjos econômicos mundiais e proibição, desde 1850, de tráfico internacional de escravos.

(5) Se, todavia, algum estranho espancasse um seu escravo – atributo exclusivo do dono – este, via de regra, na condição de ofendido, proferia queixa(s) às autoridades com o acionamento da justiça. Relação de posse e eventual solidariedade, mas igualmente de (se) ver no judiciário um instrumento viável de ressarcimento de prejuízos. Na prática, porém, os delitos contra escravos eram – quando e se – punidos, não para salvaguardar os interesses da(s) vítima(s), mas sim de proteger a propriedade patrimonial.

O subdelegado João Martins Borges do arraial de São Francisco de Paula em 1886, castigara severamente um escravo, após este, embriagado, ter perturbado o ambiente de uma venda. Além de castigá-lo na cadeia, aplicara ao escravo cerca de 200 a 300 açoites em praça pública. Ofendido, Joaquim José Rodrigues, o proprietário do escravo, moveu ação judicial contra o subdelegado por crime de responsabilidade. O subdelegado, ao final, acabou absolvido, sob a alegação da defesa de que o próprio senhor do escravo “autorizara” o castigo (LabDoc-Decis-UFSJ/AFO processo crime 20-1876).

(6) Estudos/amostragens realizados por Edna Maria de Resende sobre sentenças contra escravos e cidadãos pobres em São João Del-Rei (“Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e alei em São João Del-Rei 1840-1860”, Barbacena, UNIPAL, 2008, p. 82) constata, que seja pela justiça ou júri, imperava predominantemente a impunidade. De um total de 66 processos crime analisados, atingiu-se 35,4% de condenações contra 64,6% de absolvições e/ou despronúncia/arquivamento, sendo mais comum a absolvição pelo tribunal de júri (43,1%).

O sistema escravista buscava construir a identidade do escravo como alguém sem valor público, um indivíduo em si desonrado, objeto/abjeto.

(7) A maior parte dos crimes ocorriam entre indivíduos da mesma categoria social, geralmente entre escravos ou pessoas pobres ou ainda forros e libertos, caracterizando redes de interação social. Via de regra, eram disputas e motivações pessoais, envolvendo temas comuns e por vezes fúteis comuns entre homens livres: ciúmes, jogos, amores, maquinações e desavenças pessoais, inimizades gratuitas. Os escravos aparecem ainda e habitualmente na condição de informantes, testemunhas, com suas versões e inquirições representativas dos mais variados papéis nos processos criminais de então.

(8) Sobre a “Revolta de Carrancas”, também conhecida como “Revolta” ou “Levante de Santa Cruz”, ver matéria em nosso boletim nº CI - fevereiro/2016 Sobre a “Revolta do Ano da Fumaça” ver matérias igualmente no boletim nº CI – fevereiro/2016.

(9) Pesquisas comprovam que a mão da justiça pesava mais sobre os escravos. Releve-se, contudo, que, já ao final da fase escravista, enfraquecido o poder senhorial, parte considerável dos agentes do judiciário pôs-se a coibir os abusos dos senhores e de seus prepostos (feitores em especial). Os júris, por sua vez, formados habitualmente por membros da elite local, tinham maior propensão em inocentar réus escravistas por eventuais atrocidades contra seus escravos.

Em 1881, na fazenda Água Limpa, de propriedade da baronesa de Que-luz (hoje Conselheiro Lafaiete) um escravo de nome Inocêncio morreu, após receber bárbaros castigos, infligidos pelo feitor Pantaleão Antonio Esteves, este tido por testemunhas como “homem cruel e maligno” para com os escravos. Levado o assassino a julgamento, foi absolvido pelo júri, que identificara/justificara o direito senhorial de vida e morte sobre seus escravos. O juiz de direito, porém, recorreu da sentença ao Tribunal de Relação por considerar a absolvição inteiramente contrária às provas dos autos (LabDoc-Decis-UFSJ/AFO proc. crime 42-10-1881)

Fonte básica: Wesley Souza Costa – “Relho não mata negro: crimes contra escravos na comarca do Rio das Mortes 1840-1888” tese de mestrado em História, UFSJ, 2016

Sobre violências contra escravos ou ainda crimes praticados por estes em nossa região, recomendamos as obras do prof. Antonio Gaio Sobrinho (“Memórias de Conceição da Barra de Minas” e “Memórias Sentimentais de Conceição da Barra de Minas”), da profª Elisabeth Marcia dos Santos (“Resistência escrava: as fugas de escravos na comarca do Rio das Mortes 1871-1888”)

Beber qualquer quantidade de álcool causa danos ao cérebro, aponta estudo

Pesquisa da Universidade de Oxford mostra que não há bebida ou quantidade considerada segura para a saúde cerebral



Garçom com bandeja de bebidas Foto: Kate Townsend/Unsplash

Não existe um nível "seguro" de consumo de álcool, segundo uma pesquisa que associou o aumento do consumo a uma pior saúde do cérebro.

Em um estudo observacional, que ainda não foi revisado por pares, pesquisadores da Universidade de Oxford estudaram a relação entre o consumo auto-relatado de álcool de cerca de 25 mil pessoas no Reino Unido e suas varreduras cerebrais.

Os pesquisadores notaram que o consumo de álcool tinha um efeito na massa cinzenta do cérebro - regiões cerebrais que constituem "partes importantes onde a informação é processada", de acordo com a autora principal Anya Topiwala, pesquisadora clínica sênior de Oxford.

"Quanto mais as pessoas bebiam, menor era o volume de sua massa cinzenta", disse Topiwala por e-mail.

"O volume do cérebro diminui com a idade e mais severamente com a demência. O volume do cérebro diminuído também prediz pior desempenho nos testes de memória", explicou ela.

"Embora o álcool tenha demonstrado apenas uma pequena contribuição para isso (0,8%), foi um desempenho maior do que outros fatores de risco 'modificáveis', disse ela, explicando que os fatores de risco modificáveis são "aqueles pelos quais você pode fazer algo, em contraste com o envelhecimento".

O TIPO DE ALCÓOL NÃO IMPORTA

A equipe também investigou se certos padrões de consumo de álcool, tipos de bebida e outras condições de saúde fizeram diferença no impacto do álcool na saúde do cérebro.

Eles descobriram que não havia um nível "seguro" de bebida - o que significa que consumir qualquer quantidade de álcool era pior que não beber. Eles também não encontraram evidências de que o tipo de bebida - como vinho, destilados ou cerveja - afetou os danos ao cérebro.

No entanto, certas características, como pressão alta, obesidade ou consumo excessivo de álcool, podem colocar as pessoas em maior risco, acrescentaram os pesquisadores.

"Tantas pessoas bebem 'moderadamente' e pensam que isso é inofensivo ou mesmo protetor", disse Topiwala à CNN por e-mail.

"Como ainda não encontramos uma 'cura' para doenças neurodegenerativas como a demência, conhecer os fatores que podem prevenir danos cerebrais é importante para a saúde pública", acrescentou.

SEM LIMITE SEGURO

Os riscos do álcool são conhecidos há muito tempo: estudos anteriores descobriram que não há quantidade de bebida alcoólica, vinho ou cerveja que seja segura para sua saúde em geral.

O álcool foi o principal fator de risco para doenças e morte prematura em homens e mulheres com idades entre 15 e 49 anos em todo o mundo em 2016, sendo responsável por quase uma em cada 10 mortes, de acordo com um estudo publicado na revista científica The Lancet em 2018.

"Embora ainda não possamos dizer com certeza se não há 'nenhum nível seguro' de álcool em relação à saúde do cérebro no momento, já se sabe há décadas que beber muito faz mal à saúde do cérebro", disse Sadie Boniface, chefe de pesquisa do Instituto de Estudos do Álcool do Reino Unido, à CNN por e-mail.

"Também não devemos esquecer que o álcool afeta todas as partes do corpo e há vários riscos à saúde", disse Boniface, que não foi associada ao estudo da Universidade de Oxford.

Tony Rao, um pesquisador clínico em Psiquiatria para Idosos no King's College London, disse à CNN que, dado o grande tamanho da amostra, era improvável que as descobertas do estudo pudessem ter surgido por acaso.

Rao disse que o estudo replica pesquisas anteriores que mostram que não há limite seguro no nível de consumo de álcool por seu papel nos danos à estrutura e função do cérebro humano.

"Pesquisas anteriores descobriram que mudanças sutis que demonstram danos ao cérebro podem se apresentar de maneiras que não são imediatamente detectáveis ??em testes de rotina da função intelectual e podem progredir sem verificação até que se apresentem com mudanças mais perceptíveis na memória", disse ele.

"Mesmo em níveis de consumo de baixo risco", disse ele, "há evidências de que o consumo de álcool desempenha um papel maior nos danos ao cérebro do que se pensava anteriormente. O estudo (Oxford) descobriu que esse papel era maior que muitos outros riscos modificáveis, como fumar."

"A interação com a hipertensão e a obesidade no aumento dos danos causados ??pelo álcool ao cérebro enfatiza o papel mais amplo da dieta e do estilo de vida na manutenção da saúde do cérebro", acrescentou.

A PARÁBOLA DOS VINHATEIROS MAUS

Ouvíamos os comentários do sacerdote, em sua homilia dominical, sobre a belíssima, extraordinária parábola dos “Vinhateiros maus” (Mt 21, 33-43). Iluminada preleção! A tradição do cultivo dos vinhedos na antiguidade; o trabalho familiar na produção do vinho, ainda que pequeno talhão; as grandes plantações; as terras arrendadas para esse fim. “A Vinha do Senhor dos Exércitos é a casa de Israel e o povo de Judá sua predileta plantação; eu esperava deles frutos de justiça – e eis injustiça; esperava obras de caridade – e eis iniquidade” (Is 5,4-7) Israel era a Vinha especialmente escolhida e cuidada pelo Senhor (Is 5,7^a), transplantada do Egito e “seus sarmentos se estenderam até o mar, até o rio os seus rebentos se espalharam” (Sl 79, 9-12) O povo eleito a quem Deus confiou Sua sublime, gloriosa mensagem!

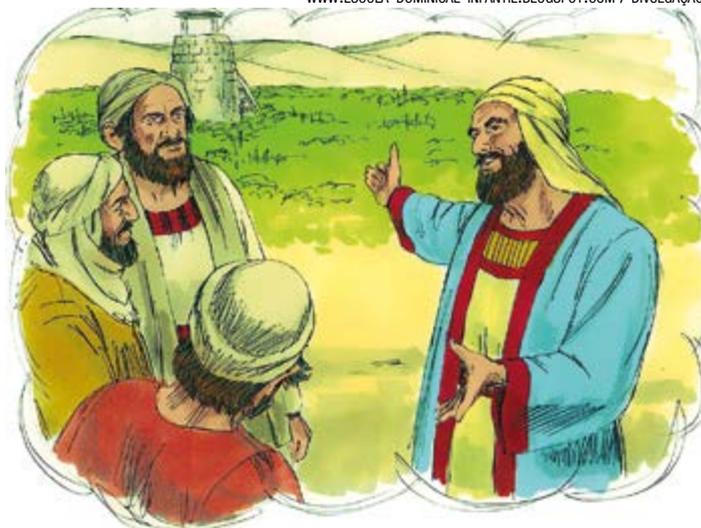
Vinha que, contudo, não produziu uvas boas e sim uvas selvagens (Is 5,2) Israel tornou-se uma vinha ingrata, rebelde. Lavradores tornaram-se infiéis e homicidas. Realíssimo o poema de Isaías e do qual podemos perfeitamente captar as cenas. Início de Outono. Época da colheita de uvas e prenúncio da invasão de Israel pelos assírios. Deus deitara rios de benevolência e amor sobre Israel e acolhia, todavia, pecados, ingratidões... Sobrevieram, então, o “javali da mata virgem, os animais do descampado” (Sl 79, 14) que arrombavam as cercas, arrasavam as vinhas – Israel invadido pelos povos pagãos vizinhos, advindo aflições, desgraças mil.

Na parábola, o Dono da Vinha (Israel – num sentido mais amplo é o planeta Terra), sediada “em fértil colina” (Is 5,1) é Deus. O Senhor concedeu ao povo eleito condições valiosas: a vinha por Ele próprio plantada “de videiras escolhidas” (Is 5, 2b), cercada por uma torre de guarda para vigiá-la e protegê-la, um lagar para se esmagar e beneficiar as uvas e produzir-se o vinho, enfim toda a infraestrutura, equipamentos, condições, meios necessários e plenos para a produção e propiciamento de resultados, de purificação espiritual acessível a todos os homens. Os arrendatários ou colonos que o Senhor, ao viajar, contratou e deixou cuidando da vinha são o povo de Israel, em especial suas autoridades, dirigentes e lideranças da sociedade. Á época da colheita, o Senhor enviou emissários – profetas na linguagem bíblica – a fim de receber os frutos do arrendamento, os lucros do empreendimento. Foram perseguidos, assassinados alguns. O Senhor num ato do mais extremo amor, de convite à fidelidade aos compromissos da Aliança, decide, então, enviar Seu Filho – Cristo Jesus – que é igualmente ultrajado e morto pelos vinhateiros.

Vemos nesta intrigante parábola e imagem, de um lado a irreprochável Lei e Poder Divinos; do outro, a ganância, soberba, a blasfêmia, a rejeição à autoridade do Dono, a fúria dos cobiosos, os que desejam e se julgam possuidores do mundo, senhores da verdade, daqueles que odeiam a superioridade e são inconformados com as Diretrizes Celestiais. “Este terreno é nosso”, assim deduzem, na sua insânia e delírio da apropriação dos bens alheios, no caso Divinos.

O que fará o Dono da Vinha, ao comprovar o descuido para com todos os dons, privilégios e amparo concedidos ao seu povo e que os arrendatários descumpriram o trato? “A Vinha (Reino de Deus) vos será tirada e será entregue a um povo que produzirá frutos” (Mt 21, 43)

Magnífica parábola que se aplica a toda a humanidade, pois o Senhor convoca também nações e planetas ao juízo. Em algum momento, a qualquer momento, Ele retornará da viagem, requisitando contas, intervindo e decerto encontrará muitos lavradores insones, improdutivos, em pecado.



O sentido da extraordinária parábola vai além e pode ser aplicado a nós, ao nosso ser. O que fazemos da vida, do que nos é/foi dado, dos talentos recebidos – inteligência, saúde, vontade, sentimento, vitalidade? O que fazemos pela melhoria da gleba que nos foi dada a administrar, a cultivar – nossa família, nossa comunidade, nosso País, a humanidade? As graças com que fomos/somos aquinhoados, (como tratamos) os que nos foram enviados na condição de emissários (pais, mestres, preletores religiosos, amigos, a própria consciência a nos admoestar) o que fazemos deles e com eles? Fomos/somos atenciosos ou rebeldes para com eles? O que fizemos das uvas quiçá colhidas, na forma de manifestações de carinho, benignidade, amparo, o amor de Deus para com os outros e para conosco mesmos? Delas fizemos bons vinhos, repartimo-los acaso com os companheiros do campo, com os andarilhos e esmoleiros da estrada vizinha?

O Senhor, em suma, retirará toda a autoridade de quem dela houver abusado, porquanto a Vinha deverá ser administrada consoante a Sua Vontade e Sua Lei Inderrogável e o Evangelho estendido a todos, indistintamente, com a proclamação e a prática efetivas da Bondade, Misericórdia e a mais infinita Justiça. “Céus e terras passarão, mas minhas palavras não passarão” (Mt 24, 35)

Na instigante parábola dos “Dois Filhos” (Mt 21, 28-32), encontramos a mesma alegoria. O fazendeiro tinha dois filhos, a quem o pai determina o cultivo da gleba. O fazendeiro ou proprietário é a representação de Deus, o Senhor da Vinha; Vinha é a humanidade, o campo onde os homens agem como obreiros do Senhor. Os dois filhos são as duas espécies de homens. Os que fogem ao cumprimento do dever (os acomodados, os devotos de aparência, os desertores, os bon-vivants) e os que simbolizam os regenerados, os responsáveis, os que se transformam em servidores da Lei Divina.

E nós, vinhateiros da gleba divina, onde nos situamos? Como agimos no trato diário com a vinha que nos é dado cultivar?

